CAIO CEZAR CUNHA

MAPAS AFETIVOS E TERRITÓRIO

Contribuições para a gestão de políticas públicas sociais



DEBULHAR

CAIO CEZAR CUNHA

MAPAS AFETIVOS E TERRITÓRIO

contribuições para a gestão de políticas públicas sociais

DEBULHAR

© 2026 – Editora Debulhar
© 2026 – Caio Cezar Cunha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cunha, Caio Cezar.
Mapas afetivos e território: contribuições para a gestão de políticas públicas sociais / Caio Cezar Cunha. – 1. ed. – Teresina: Debulhar, 2026.
127 p.: il. color.

ISBN 978-65-82009-85-3

1. Território 2. Políticas Públicas Sociais 3. Políticas Econômicas 4. Políticas Administrativas 5. Mapas Afetivos 6. Cartografia Social 7. Londrina 8. Espaço I. Cunha, Caio Cezar II. Título

CDD – 341.122 1

Bibliotecária: Larissa Andrade CRB 3/1179

Editor
Márcio Douglas de Carvalho

Conselho editorial
Andreia Rodrigues de Andrade
Antonio Michel de O. Miranda
Cleide Maria de Carvalho Silva
Deilson do Carmo Trindade
Eduardo Marandola Júnior
Eva P. Bueno
Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Francisco Gleison da Costa Monteiro
Francisca Verônica Cavalcante
Guilherme Gonzaga Bento
Johny Santana de Araújo
Marta Gouveia de Oliveira Rovai
Rodrigo Caetano Silva
Rômulo Luiz Xavier
Sandra Augusta de Melo
Thiago Alves Dias
Túlio Henrique Pereira
Vanessa Soares Negreiros

Capa: Alexandre Mesquita
Ilustrações e capa: José Rafael Vilela da Silva
Diagramação: Editora Debulhar
Estágio editorial: Caio Felipe Rodrigues

DEBULHAR

CNPJ: 67.929.300/0001-20
www.editoradebulhar.com.br
debulhar@editoradebulhar.com.br
@editoradebulhar
(86) 98147-8117

Dedico esse livro a Dirce Koga.

"Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós."

Manoel de Barros

SUMÁRIO

09 Introdução

13 1. Território como experiência vivida

1.1. Território: muito além do espaço
1.2. Território e territorialidade
1.3. Práxis e desenvolvimento territorial

21 2. Políticas públicas e território

2.1. A política de assistência social no Brasil
2.2. O território da assistência social de Londrina

35 3. Cartografia social e metodologias do afeto

3.1. Cartografar para compreender: o geoprocessamento na cartografia social
3.2. Instrumento gerador de mapas afetivos
3.3. A metodologia e sua aplicabilidade
3.4. Geoprocessamento e análise de dados qualitativos
3.4.1. Caracterização e análise na ocupação aparecidinha
3.4.2. Caracterização e análise na ocupação córrego sem dúvida
3.4.3. Caracterização e análise na ocupação flores do campo

95 4. Uma leitura comparativa das territorialidades afetivas entre vulnerabilidade, pertencimento e resistência

4.1. Entre semelhanças estruturais e diferenças territoriais
4.2. Agradabilidade: a experiência positiva do território não se distribui da mesma maneira
4.3. Pertencimento: o elemento que mais aproxima os três territórios
4.4. Insegurança: uma dimensão estrutural comum
4.5. O contraste como síntese da própria condição territorial
4.6. Três territórios, três temporalidades de construção territorial

107 5. Concluir para continuar

111 Referências

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se ampliado o debate sobre paradigmas emergentes na produção do conhecimento científico, especialmente aqueles que reconhecem a pluralidade de saberes e a necessidade de diálogo entre diferentes formas de compreender a realidade social. Nesse contexto, diversas áreas do conhecimento têm buscado desenvolver práticas, metodologias e instrumentos capazes de incorporar perspectivas mais sensíveis às experiências vividas pelos sujeitos em seus territórios.

Partimos do entendimento de que a ciência não detém, isoladamente, o monopólio da produção do conhecimento. Pelo contrário, sua capacidade de interpretar e intervir sobre a realidade torna-se mais consistente quando incorpora os saberes construídos cotidianamente pelas populações que vivenciam os fenômenos investigados. Essa aproximação possibilita o desenvolvimento de metodologias mais aderentes às dinâmicas territoriais, valorizando percepções, memórias, sentimentos e experiências que frequentemente permanecem invisíveis aos métodos tradicionais de análise.

É nessa perspectiva que se insere a presente obra. Resultado das reflexões desenvolvidas ao longo de nossa trajetória de pesquisa sobre gestão territorial e políticas públicas, este livro apresenta contribuições derivadas da aplicação da metodologia dos Mapas Afetivos nos trabalhos de campo realizados para o projeto Atlas dos Territórios Vulneráveis de

Londrina[1]. A proposta consiste em explorar as potencialidades da articulação entre Cartografia Social, Psicologia Ambiental e ciência popular para a compreensão dos territórios de vida e para o fortalecimento dos processos de gestão pública.

A obra é fruto do aprofundamento teórico e metodológico desenvolvido durante estágio pós-doutoral realizado entre 2024 e 2025 e dá continuidade às investigações anteriores (Cunha, 2014; 2018; 2022), desenvolvidas em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina, Paraná, voltadas à construção de metodologias e ferramentas capazes de subsidiar a produção e a análise de informações socioterritoriais. Tais pesquisas contribuíram para o aprimoramento do acesso a dados socioeconômicos territorializados e para o fortalecimento das práticas de Vigilância Socioassistencial, conforme estabelecido pela Lei nº 12.435/2011, que incorporou essa função como um dos pilares da Política Nacional de Assistência Social.

Embora os avanços obtidos por meio da sistematização de dados quantitativos tenham sido fundamentais para qualificar os processos de gestão, tornou-se evidente a necessidade de ampliar os instrumentos de leitura territorial. Os indicadores estatísticos permitem identificar padrões e tendências, mas nem sempre são capazes de revelar os significados, afetos e percepções que orientam as relações das pessoas com seus espaços de vida. Nesse sentido, emerge a necessidade de incorporar abordagens qualitativas que possibilitem compreender as dimensões subjetivas presentes nos territórios.

Para responder a esse desafio, recorremos à Cartografia Social e à adaptação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), desenvolvido por Bomfim (2010), originalmente vinculado ao campo da Psicologia Ambiental. A metodologia propõe a investigação dos sentimentos e emoções associados aos lugares por meio da elaboração de desenhos, representações espaciais e palavras-síntese, permitindo captar elemen-

1 O Projeto Atlas dos Territórios Vulneráveis de Londrina foi desenvolvido com o objetivo de produzir diagnósticos territoriais de áreas marcadas por vulnerabilidades sociais e ambientais no município. Fundamentado na articulação entre levantamento de dados quantitativos e qualitativos, o projeto buscou compreender as múltiplas dimensões da vida cotidiana nesses territórios, subsidiando processos de planejamento urbano, urbanismo social e formulação de políticas públicas voltadas à promoção da justiça territorial e da inclusão social. Os trabalhos de campo contemplaram, entre outros aspectos, a identificação das dinâmicas socioespaciais, das formas de uso do território e das percepções dos moradores sobre seus espaços de vida.

tos afetivos que influenciam as formas de pertencimento, apropriação e vivência dos territórios.

A partir dessa adaptação metodológica, buscamos produzir representações cartográficas capazes de espacializar informações qualitativas geradas pelos próprios moradores dos territórios investigados. Mais do que mapear problemas ou potencialidades, a proposta procura reconhecer os sujeitos como protagonistas na construção do conhecimento sobre seus espaços de vida, valorizando saberes locais e fortalecendo processos participativos de produção de informações.

O material apresentado neste livro resulta das oficinas realizadas em três dos territórios considerados mais vulneráveis do município de Londrina — Aparecidinha, Córrego Sem Dúvida e Flores do Campo —, nas quais os participantes expressaram suas percepções, experiências e sentimentos em relação aos lugares onde vivem. Por meio da sistematização e análise desses conteúdos, foi possível construir uma leitura territorial que ultrapassa os limites dos indicadores convencionais e evidencia aspectos fundamentais para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas sociais.

Ao longo desta obra, defendemos que a incorporação dos saberes populares e das dimensões afetivas do território pode contribuir para a construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais, fortalecendo práticas de gestão participativa e ampliando a capacidade de intervenção dos órgãos públicos. Assim, os Mapas Afetivos e a Cartografia Social são apresentados não apenas como instrumentos metodológicos, mas como caminhos para reconhecer a diversidade das experiências territoriais e promover processos mais democráticos de produção do conhecimento, da gestão social e da construção coletiva de políticas públicas.



1. Território como experiência vivida

O território não é apenas uma porção do espaço delimitada por relações políticas, econômicas ou administrativas. Antes de tudo, ele é vivido. É no território que as pessoas constroem suas trajetórias, estabelecem vínculos, produzem memórias, desenvolvem identidades e atribuem sentidos aos lugares que habitam. A experiência cotidiana transforma o espaço em território, pois nele se materializam as relações sociais, os afetos, os conflitos, as práticas culturais e as diferentes formas de apropriação da vida coletiva.

Compreender o território como experiência vivida implica reconhecer que ele não se reduz aos seus aspectos materiais ou à sua representação cartográfica. O território é simultaneamente concreto e simbólico, objetivo e subjetivo, constituído tanto pelas estruturas físicas quanto pelos significados produzidos pelos sujeitos em suas vivências. Trata-se de uma construção dinâmica, continuamente transformada pelas relações entre sociedade e natureza, pelas práticas sociais e pelos processos históricos que conformam a vida cotidiana.

Essa perspectiva exige superar visões fragmentadas da realidade e compreender os sujeitos como parte inseparável do mundo que produzem e pelo qual são produzidos. Como afirma Freire (2011), a condição humana é marcada pelo inacabamento, o que significa reconhecer que tanto os indivíduos quanto os territórios estão em permanente transformação. Não existem conhecimentos definitivos ou interpretações acabadas da realidade; existem processos contínuos de construção, reconstrução e ressignificação da experiência humana.

É a partir dessa compreensão que adotamos uma concepção de território fundamentada na unidade entre sociedade e natureza, materialidade e subjetividade, objetividade e experiência. Nessa direção, dialogamos com autores como Raffestin (1993), Santos (2000) e, especialmente, Saquet (2015, 2017, 2019), que compreendem o território como produto e condição das relações sociais, constituído em um movimento permanente de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Tal entendimento permite reconhecer que os territórios são produzidos não apenas por relações de poder, mas também por identidades, pertencimentos, memórias, saberes e experiências que se manifestam no cotidiano dos sujeitos.

Ao considerar o território como experiência vivida, torna-se possível compreender com maior profundidade a complexidade dos contextos sociais brasileiros. Em uma realidade marcada por intensas desigualdades socioespaciais, a análise territorial demanda atenção às práticas cotidianas, aos significados atribuídos aos lugares e aos saberes produzidos pelos próprios sujeitos. Nessa perspectiva, o território deixa de ser apenas um objeto de análise e passa a ser compreendido como espaço de vida, de resistência, de construção identitária e de transformação social.

O propósito deste capítulo é apresentar uma concepção de território fundamentada no desenvolvimento democrático e dialógico dos sujeitos uma perspectiva de cooperação que valorize a autonomia e a identidade, reconhecendo as potencialidades da "ciência popular" envolvendo os sistemas econômicos, políticos e culturais que consideram os processos sociais e a relação sociedade-natureza como um único elemento. Também combater a predisposição histórica moderna de pensar o ser humano de maneira fragmentada, abstrata, ou seja, fora da sua realidade e da sociedade que o constitui. [...] o homem não é um ser abstrato, acocorado fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade (Marx, 2013, p. 151).

1.1. Território: muito além do espaço

A compreensão do território exige, inicialmente, uma reflexão sobre sua relação com o conceito de espaço. Embora frequentemen-

te utilizados como sinônimos, ambos possuem significados distintos e complementares. O território emerge do espaço, mas amplia sua compreensão ao incorporar relações de poder, identidades, pertencimentos, memórias, conflitos e formas de apropriação produzidas historicamente pelos sujeitos.

A Geografia construiu grande parte de sua trajetória científica a partir da discussão do espaço. Nesse percurso, Santos (1994) contribuiu decisivamente para superar concepções que o tratavam apenas como cenário ou suporte das ações humanas. O autor compreende o espaço como uma realidade relacional, constituída simultaneamente por objetos e ações, natureza e sociedade, materialidade e trabalho. Nessa perspectiva, o espaço é resultado da interação permanente entre os seres humanos e o mundo que produzem.

A compreensão do espaço como produto social foi aprofundada por Lefebvre (2000; 2005), ao demonstrar que a produção não se restringe à fabricação de bens materiais. Os seres humanos produzem sua própria existência, suas instituições, seus conhecimentos, suas culturas e, consequentemente, os espaços nos quais vivem. O espaço social torna-se, assim, condição e resultado das relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Raffestin (1993) amplia essa discussão ao compreender o espaço como uma realidade anterior às ações humanas, uma espécie de campo de possibilidades sobre o qual os sujeitos projetam trabalho, energia, informação e intenções. É nesse processo de apropriação que surge o território. Para o autor, toda representação ou intervenção espacial expressa relações de poder e revela formas específicas de organização da vida social.

O território não corresponde, portanto, apenas a uma delimitação física ou administrativa. Trata-se de uma construção histórica e relacional produzida pelas múltiplas interações entre indivíduos, grupos, instituições e natureza. Nesse sentido, o território envolve dimensões econômicas, políticas, culturais, ambientais e simbólicas que se articulam continuamente na vida cotidiana.

Dialogamos especialmente com Saquet (2015; 2017; 2019), para quem espaço e território mantêm uma relação de unidade. O território não substitui o espaço nem pode ser compreendido separadamente

dele. Ao contrário, acrescenta elementos fundamentais para interpretar as experiências humanas, como as relações de poder, as identidades territoriais e os processos permanentes de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Estudar o território significa compreender como os sujeitos produzem, vivem, disputam e atribuem significados aos lugares que habitam.

1.2. Território e territorialidade

Se o território corresponde à materialização das relações sociais no espaço, a territorialidade refere-se ao conjunto de práticas, vínculos, significados e formas de organização produzidos pelos sujeitos em sua relação com o território. Trata-se da dimensão dinâmica da vida territorial, expressa nos modos de habitar, pertencer, comunicar, cooperar, disputar e transformar os lugares.

As transformações ocorridas na Geografia a partir das décadas de 1960 e 1970 possibilitaram uma ampliação significativa dessa compreensão. Conforme destaca Saquet (2015), emergiram abordagens que buscavam superar perspectivas excessivamente descritivas ou quantitativas, incorporando o estudo dos conflitos, das desigualdades, dos movimentos sociais e das relações de poder que estruturam os territórios.

Entre os autores que contribuíram para essa renovação destaca-se Gottmann (1973; 1980), que compreendeu o território como base da organização política e da soberania. Embora sua abordagem enfatize a dimensão político-administrativa, ela evidencia que o território é resultado da ação humana e da necessidade de organização coletiva.

Posteriormente, autores como Raffestin (1993), Dematteis (1985) e Saquet (2015; 2017) ampliaram essa compreensão ao incorporar elementos relacionados à comunicação, à cooperação, às identidades e às experiências cotidianas. O território passou a ser entendido como produto de relações sociais complexas que envolvem não apenas estruturas materiais, mas também dimensões simbólicas e culturais.

Nesse contexto, a territorialidade manifesta-se por meio das relações estabelecidas entre indivíduos, grupos e instituições. Ela se expressa na construção de vínculos sociais, nas redes de cooperação, nos

processos identitários e nas formas de exercício do poder presentes na vida cotidiana.

A discussão do poder ocupa papel central nessa perspectiva. Raffestin (1993) demonstra que toda forma de apropriação territorial envolve relações de poder. Entretanto, esse poder não se restringe ao Estado ou às instituições formais. Arendt (1985) destaca que o poder surge da ação coletiva e da capacidade dos indivíduos de agir em conjunto. De forma semelhante, Foucault (2008) evidencia que o poder se manifesta em todas as relações sociais, produzindo efeitos nas mais diversas escalas da vida cotidiana.

Compreender a territorialidade significa reconhecer que os territórios não são realidades fixas ou acabadas. Eles são permanentemente produzidos e transformados pelas práticas sociais, pelos conflitos, pelas cooperações e pelas formas de organização que emergem em cada contexto histórico. Essa perspectiva permite compreender não apenas os mecanismos de dominação presentes nos territórios, mas também suas potencialidades de resistência, mobilização e construção de autonomia.

1.3. Práxis e desenvolvimento territorial

A compreensão do território como espaço vivido conduz necessariamente ao debate sobre desenvolvimento territorial. Mais do que uma categoria de análise, o território constitui um espaço de ação, transformação e construção coletiva de alternativas para a vida social.

Essa reflexão nasce da percepção de que abordagens exclusivamente técnicas ou administrativas frequentemente se mostram insuficientes para compreender a complexidade dos territórios concretos. Da mesma forma, interpretações excessivamente abstratas nem sempre conseguem responder às necessidades e desafios presentes na vida cotidiana dos sujeitos.

É nesse contexto que a noção de práxis assume centralidade. Para Kosik (2002 [1976]), a práxis representa a unidade entre reflexão e ação, teoria e prática, conhecimento e transformação da realidade. O território deixa de ser apenas objeto de estudo para tornar-se espaço de produção de saberes, experiências e processos de mudança social.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento territorial não pode ser reduzido ao crescimento econômico ou à expansão de infraestruturas. Conforme argumentam Dematteis (1985; 2008), Pecqueur (2005) e Saquet (2015; 2017; 2019), trata-se de um processo multidimensional que envolve participação social, fortalecimento das identidades locais, cooperação, solidariedade, sustentabilidade ambiental e ampliação da autonomia dos sujeitos.

As contribuições de Kropotkin (2009 [1902]) reforçam essa compreensão ao destacar a cooperação e a ajuda mútua como elementos fundamentais da vida coletiva. O desenvolvimento territorial emerge da capacidade dos próprios atores locais de construir vínculos, compartilhar conhecimentos e organizar estratégias comuns voltadas à transformação de suas realidades.

Nesse sentido, a territorialidade adquire uma dimensão política e emancipatória. Ela passa a envolver processos de mobilização, organização coletiva e fortalecimento das capacidades locais para enfrentar desigualdades e construir alternativas de desenvolvimento socialmente justas.

Para Saquet (2017), a construção de territorialidades mais simétricas exige o fortalecimento da identidade, da confiança, dos vínculos comunitários, da reciprocidade e da participação popular. O desenvolvimento territorial não pode ser imposto externamente; ele precisa ser construído com e para os sujeitos que vivem os territórios.

É justamente essa perspectiva que orienta a presente obra. Ao investigar os territórios por meio da Cartografia Social e dos Mapas Afetivos, buscamos compreender não apenas suas características materiais, mas também os significados, sentimentos, memórias, conflitos e expectativas produzidos pelos sujeitos em suas experiências cotidianas. Entendemos que essas dimensões constituem elementos fundamentais para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais e comprometidas com processos de emancipação social.

Assim, o território deixa de ser apenas uma categoria conceitual para tornar-se espaço de vida, pertencimento, participação e transformação. É nesse território vivido que emergem os saberes, os afetos e as potencialidades capazes de fundamentar políticas públicas mais democráticas, territorialmente enraizadas e socialmente comprometidas.

2. Políticas públicas e território



Os territórios são espaços onde a vida social se manifesta em toda a sua complexidade. Neles se expressam desigualdades, potencialidades, conflitos, formas de cooperação, identidades e diferentes modos de viver. É também nos territórios que os efeitos das políticas públicas se tornam concretos, influenciando diretamente as condições de vida da população. Por essa razão, compreender os territórios e suas dinâmicas constitui um requisito fundamental para a elaboração de ações públicas capazes de responder às demandas sociais de forma mais justa e efetiva.

Ao longo das últimas décadas, a incorporação da dimensão territorial nas políticas públicas ganhou relevância em diferentes áreas da gestão pública. Essa mudança decorre do reconhecimento de que os problemas sociais não se distribuem de forma homogênea no espaço e de que as respostas governamentais precisam considerar as especificidades históricas, econômicas, culturais e ambientais presentes em cada contexto. A leitura territorial deixa de ser apenas um instrumento de localização das demandas e passa a constituir uma ferramenta estratégica para o planejamento, a execução e a avaliação das políticas públicas.

Embora frequentemente associadas à dimensão técnico-administrativa do Estado, as políticas públicas não podem ser compreendidas apenas como instrumentos de gestão. Elas são resultado de processos sociais e políticos que envolvem disputas de interesses, definição de prioridades, escolhas institucionais e decisões sobre a destinação de recursos públicos. Como destacam Fernandes (2007) e Souza (2006; 2007), toda política pública envolve decisões sobre quem será atendido,

quais problemas serão considerados prioritários e quais estratégias serão adotadas para enfrentá-los.

Nesse sentido, as políticas públicas representam a materialização das responsabilidades assumidas pelo Estado diante das necessidades coletivas. Sua formulação exige não apenas capacidade técnica para diagnosticar problemas e planejar intervenções, mas também sensibilidade política para reconhecer demandas sociais, negociar interesses e construir consensos em torno de objetivos comuns. A dimensão técnica e a dimensão política não se opõem; ao contrário, complementam-se e constituem partes inseparáveis do processo de ação pública.

Quando observamos as políticas sociais, essa relação torna-se ainda mais evidente. A identificação de situações de vulnerabilidade, pobreza, exclusão ou violação de direitos depende de informações territorializadas capazes de revelar as particularidades dos contextos locais. Ao mesmo tempo, a transformação dessas informações em ações concretas requer processos decisórios que envolvem instituições, gestores, profissionais, conselhos de políticas públicas e a própria sociedade civil.

É justamente nesse ponto que o território assume papel central nesta obra. Mais do que um recorte espacial para a implementação de programas governamentais, o território constitui uma fonte privilegiada de conhecimento sobre a realidade social. As experiências, percepções, afetos e formas de organização construídas pelos sujeitos em seus espaços de vida podem fornecer elementos fundamentais para qualificar a gestão pública e ampliar a capacidade das políticas sociais de responder às demandas reais da população.

Partindo dessa perspectiva, este capítulo busca discutir a relação entre políticas públicas e território, apresentando os principais elementos que caracterizam a ação estatal, os processos de formulação e implementação das políticas públicas e sua interface com as políticas sociais brasileiras. O objetivo é construir uma base teórica que permita compreender, nos capítulos seguintes, como a Cartografia Social e os Mapas Afetivos podem contribuir para a produção de informações territorializadas capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão mais conectados às realidades vividas pela população.

2.1. A política de assistência social no Brasil

A trajetória da Assistência Social no Brasil é marcada por profundas transformações em sua concepção, organização e papel na sociedade. Durante grande parte da história brasileira, a pobreza foi compreendida como uma condição individual, associada à incapacidade ou à inadequação dos sujeitos, e não como resultado das desigualdades produzidas pela própria estrutura social. Nesse contexto, as ações voltadas aos segmentos mais pobres da população assumiam caráter assistencialista, filantrópico e caritativo, frequentemente vinculadas a instituições religiosas e iniciativas privadas, sem o reconhecimento de direitos sociais universais (Sposati et al., 2007).

Até as primeiras décadas do século XX, predominava uma lógica de ajuda aos necessitados baseada na benevolência e na caridade. A assistência social encontrava-se fortemente associada às ações de saúde e beneficência, compondo aquilo que Sposati et al. (2007) denominam de "binômio médico-social". A intervenção estatal era limitada, e o atendimento às populações vulneráveis dependia, em grande medida, da atuação de organizações filantrópicas e de grupos ligados às elites econômicas e religiosas.

A partir da década de 1930, em meio às transformações econômicas e políticas decorrentes da industrialização e da crescente urbanização do país, o Estado brasileiro passou a assumir um papel mais ativo na regulação das questões sociais. A pobreza começou a ser reconhecida como uma expressão das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento econômico e pelas relações de trabalho, demandando respostas institucionais mais estruturadas. Nesse período surgiram iniciativas que fortaleceram a cooperação entre o poder público e entidades assistenciais, ampliando a participação estatal no financiamento e na organização dos serviços voltados à população vulnerável.

A criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, representam marcos importantes desse processo. Embora tenham contribuído para a expansão da rede assistencial no país, essas instituições mantiveram uma forte vinculação com práticas paternalistas e clientelistas, baseadas

na concessão de benefícios e favores, mais do que na garantia de direitos de cidadania (Mestriner, 2005; Sposati, 2005).

Nas décadas seguintes, especialmente durante o regime militar (1964-1985), ocorreu uma ampliação das políticas sociais e da estrutura administrativa relacionada à assistência. Entretanto, esse crescimento não significou a superação das desigualdades sociais nem a consolidação de uma política de direitos. Como observam Santos (2017) e Fagnani (1997), as ações implementadas nesse período estavam fortemente vinculadas a estratégias de controle social e à manutenção do modelo econômico vigente, coexistindo com o aprofundamento da concentração de renda e das desigualdades sociais.

Foi apenas no contexto da redemocratização e das mobilizações sociais da década de 1980 que se consolidou uma nova concepção de Assistência Social. Os debates que antecederam a Assembleia Nacional Constituinte defenderam a necessidade de reconhecer a proteção social como responsabilidade do Estado e direito de cidadania. Esse movimento resultou na Constituição Federal de 1988, marco fundamental para a política social brasileira.

A Constituição de 1988 promoveu uma ruptura com a tradição assistencialista ao incorporar a Assistência Social ao sistema de Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência Social. Pela primeira vez, a assistência passou a ser reconhecida como política pública destinada a todos aqueles que dela necessitassem, independentemente de contribuição prévia. A chamada Constituição Cidadã estabeleceu princípios como universalidade, descentralização, participação popular e garantia de direitos, criando as bases para a construção de um sistema público de proteção social.

A regulamentação desses princípios ocorreu com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. A partir dela, a Assistência Social passou a integrar formalmente o campo dos direitos sociais, assumindo a responsabilidade estatal pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios destinados à proteção da população em situação de vulnerabilidade. Conforme destaca Yazbek (2004), a LOAS representa a transição definitiva da assistência entendida como favor para a assistência compreendida como direito.

Apesar desse avanço normativo, a consolidação da política enfrentou desafios significativos ao longo da década de 1990, período marcado pela adoção de políticas neoliberais, pela redução da capacidade de intervenção do Estado e pela transferência de responsabilidades para organizações da sociedade civil. Como resultado, muitas ações assistenciais permaneceram fragmentadas, focalizadas e insuficientemente articuladas às diretrizes estabelecidas pela Constituição e pela LOAS (Fagnani, 2005; Milward, 2011).

A consolidação de um modelo público e estruturado de Assistência Social ganhou novo impulso a partir dos anos 2000. A aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representaram importantes avanços na organização e operacionalização da política. Inspirado em princípios semelhantes aos do Sistema Único de Saúde (SUS), o SUAS estabeleceu um modelo descentralizado e participativo de gestão, definindo competências entre os entes federativos e estruturando uma rede pública de proteção social em todo o território nacional.

Um dos aspectos mais inovadores do SUAS foi a incorporação do território como elemento central da organização dos serviços socioassistenciais. A lógica territorial passou a orientar o planejamento, a execução e a avaliação das ações, reconhecendo que as vulnerabilidades sociais se manifestam de formas distintas em cada contexto local. Nesse sentido, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) tornaram-se equipamentos estratégicos para aproximar o Estado das populações e fortalecer a proteção social nos territórios.

Esse processo foi aprofundado em 2011, quando a Lei nº 12.435 incorporou formalmente o Sistema Único de Assistência Social à LOAS e reconheceu a Vigilância Socioassistencial como uma das funções essenciais da política. A partir desse momento, a produção, sistematização e análise de informações territorializadas passaram a ocupar posição central na gestão da Assistência Social, ampliando a capacidade do Estado de identificar vulnerabilidades, monitorar riscos sociais e planejar intervenções mais adequadas às realidades locais.

É nesse contexto que se insere a discussão desenvolvida nesta obra. Ao reconhecer o território como dimensão estratégica para a compreensão das vulnerabilidades sociais, a política de Assistência Social abre espaço para a incorporação de metodologias capazes de captar não apenas informações estatísticas, mas também percepções, experiências, vínculos e significados produzidos pelos sujeitos em seus espaços de vida. É nessa interface entre território, conhecimento social e gestão pública que os Mapas Afetivos e a Cartografia Social encontram sua relevância como instrumentos complementares para a qualificação das políticas públicas.

2.2. O território da assistência social de Londrina

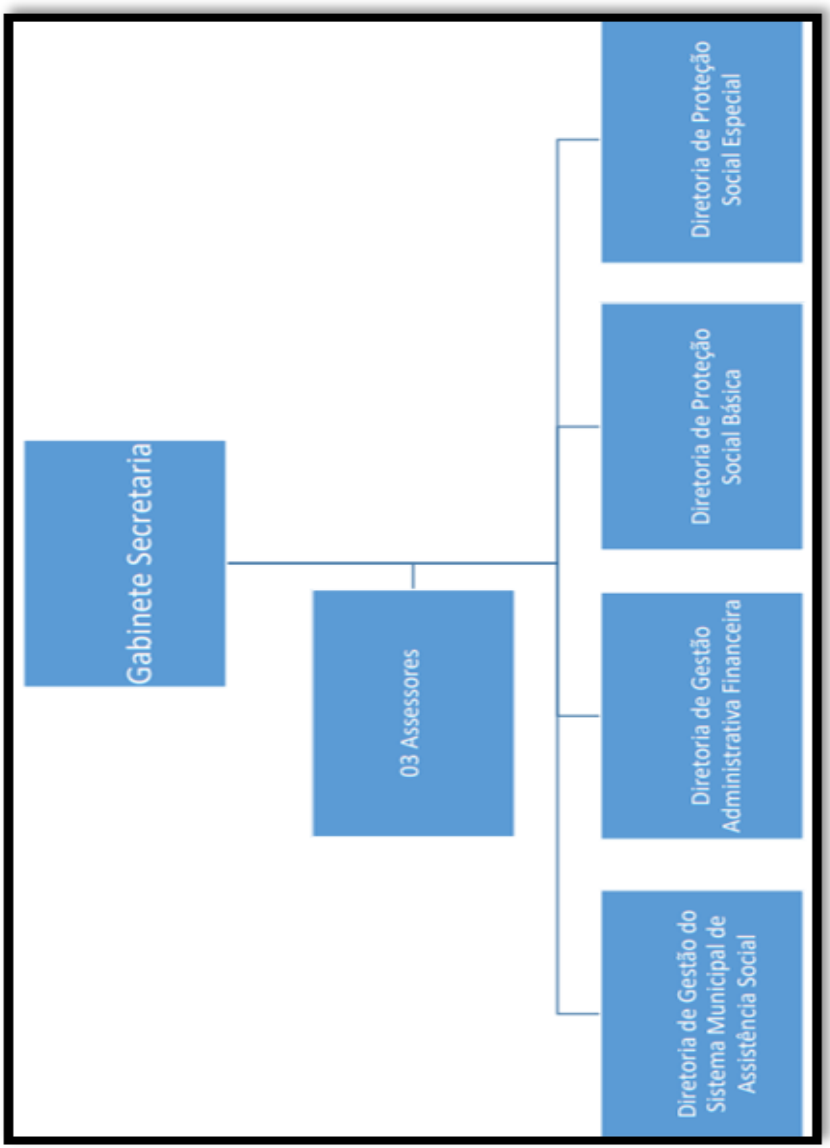
A trajetória da Assistência Social no município de Londrina acompanha, em grande medida, as transformações ocorridas no cenário nacional. Inicialmente marcada por ações filantrópicas e assistencialistas promovidas por instituições religiosas e organizações beneficentes, a política municipal foi gradativamente se estruturando como responsabilidade do poder público e como direito de cidadania (Alves, 2002).

Um marco importante desse processo ocorreu em 1991 com a criação da Secretaria Municipal de Ação Social, por meio da Lei Municipal nº 4.910, tornando Londrina um dos municípios pioneiros do Paraná na institucionalização da Assistência Social como estrutura formal de governo (Souza, 2006). Entretanto, foi somente a partir da década de 2000, especialmente após a consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que o município passou a reorganizar suas ações segundo a lógica da proteção social básica e especial, incorporando progressivamente o território como elemento central para o planejamento e a gestão dos serviços socioassistenciais (Pastor; Marino, 2010).

A estrutura organizacional atualmente adotada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Figura 1) expressa essa evolução institucional. Mais do que uma organização administrativa, ela revela a complexidade das funções necessárias para garantir a proteção social, destacando-se especialmente as áreas responsáveis pela gestão da informação

e pela proteção social básica, fundamentais para o desenvolvimento das estratégias de territorialização e vigilância socioassistencial.

Figura 1 – Organograma geral da SMAS de Londrina



Fonte: Prefeitura de Londrina, 2021

Um dos avanços mais significativos nesse processo foi a criação, em 2005, do sistema Informatização da Rede de Serviços de Assistência

Social (IRSAS). Desenvolvido pela própria equipe técnica municipal, o sistema passou a integrar informações sobre usuários, famílias, benefícios, serviços e vulnerabilidades, permitindo não apenas o acompanhamento dos atendimentos, mas também a produção de diagnósticos territorializados. Dessa forma, a gestão municipal passou a dispor de uma base de dados capaz de subsidiar decisões relacionadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das políticas sociais.

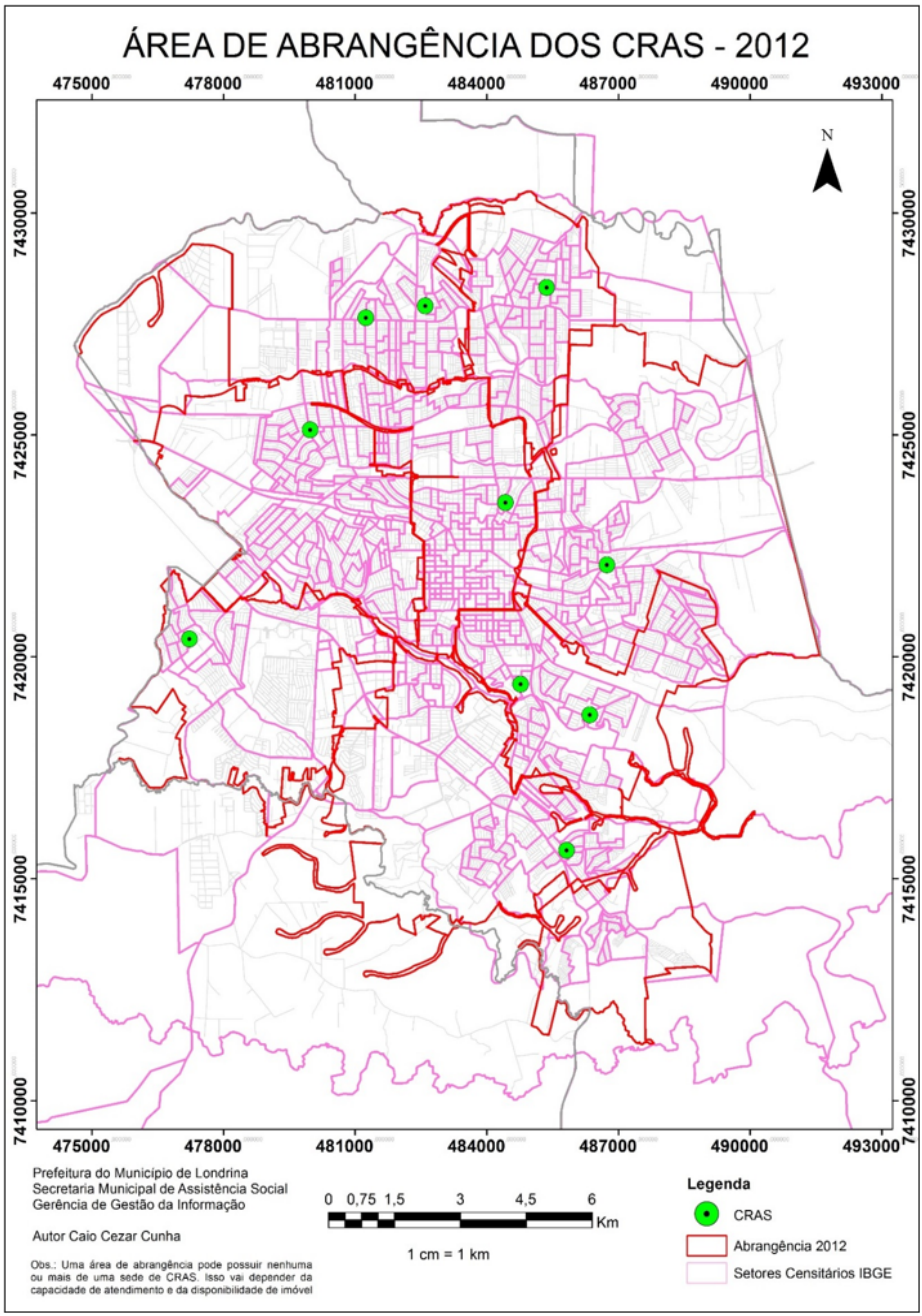
A consolidação dessa perspectiva territorial ganhou novo impulso a partir de 2012, quando a Secretaria iniciou o processo de digitalização dos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Esse movimento representou uma mudança importante na forma de compreender e organizar a política pública. O território deixou de ser apenas uma delimitação administrativa para tornar-se uma unidade estratégica de análise da realidade social.

Naquele momento, a principal preocupação consistia em compatibilizar os territórios dos CRAS com as bases cartográficas oficiais utilizadas pelos órgãos de produção de dados estatísticos, especialmente os setores censitários do IBGE. Essa integração possibilitaria ampliar a capacidade analítica da gestão municipal, permitindo relacionar informações sociais, econômicas e demográficas aos territórios efetivamente atendidos pelos serviços socioassistenciais.

A partir de 2013, esse processo foi aprofundado por meio da revisão dos limites territoriais dos CRAS, realizada de forma participativa com trabalhadores da rede socioassistencial. O objetivo era solucionar conflitos de abrangência, eliminar áreas sem cobertura e aproximar os territórios da Assistência Social da malha censitária oficial, sem comprometer os vínculos já estabelecidos entre os serviços e a população atendida.

A Figura 2 apresenta a configuração territorial utilizada até 2012, marcada por sobreposições e lacunas de cobertura.

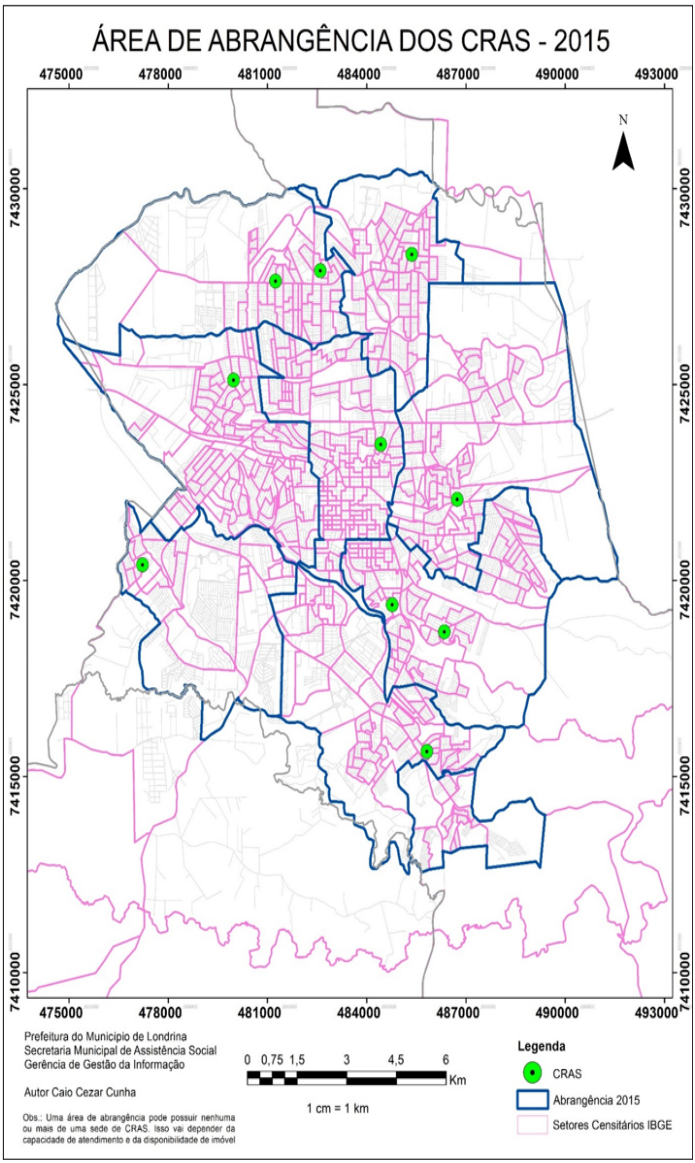
Figura 2 – Área de abrangência dos CRAS no ano de 2012



Fonte: CUNHA, 2014, p. 62

Já a Figura 3 demonstra a nova territorialização implementada a partir de 2015, resultado do processo de readequação construído coletivamente com os profissionais dos serviços.

Figura 3 – Área de abrangência dos CRAS no ano de 2015



Fonte: CUNHA, 2014, p. 64

Mais do que uma alteração cartográfica, essa redefinição territorial representou uma mudança na forma de produzir conhecimento sobre a realidade municipal. A compatibilização entre os territórios dos CRAS e os setores censitários permitiu a utilização integrada de diferentes bases de dados, ampliando significativamente a capacidade de leitura das desigualdades intraurbanas e das demandas presentes em cada região da cidade. Nesse processo, destacam-se também os encontros técnicos realizados com trabalhadores dos CRAS e CREAS, responsáveis por validar e aperfeiçoar as propostas de territorialização. O registro desses momentos (Figura 4) evidencia que a produção de informações territoriais não é resultado apenas de procedimentos técnicos, mas também do conhecimento acumulado pelos profissionais que vivenciam cotidianamente os territórios.

Figura 4 – Reunião da proposta de readequação territorial em conjunto com os servidores



Fonte: CUNHA, 2014

Um novo avanço ocorreu em 2016, quando a Secretaria Municipal de Assistência Social recebeu assessoria da professora Dirce Koga (2017), referência nacional nos estudos sobre dinâmicas socioterritoriais e políticas públicas. A assessoria possibilitou aprofundar as análises já desenvolvidas e ampliar a compreensão das desigualdades urbanas a partir de uma perspectiva territorializada. Segundo a autora, a compatibilização entre as bases cartográficas municipais e os setores censitários representou um importante passo para a consolidação da territorialização do SUAS em escala intraurbana.

As análises realizadas nesse período permitiram superar leituras baseadas em médias municipais e evidenciar a diversidade existente entre os diferentes territórios da cidade. A partir da territorialização das informações, tornou-se possível identificar vulnerabilidades específicas, desigualdades internas e diferentes níveis de acesso à proteção social, qualificando significativamente os diagnósticos utilizados pela gestão.

Ao mesmo tempo, esse processo revelou limites importantes dos sistemas tradicionais de informação. Embora os dados quantitativos permitam identificar padrões, tendências e concentrações territoriais de vulnerabilidade, eles nem sempre conseguem captar as experiências vividas pelos sujeitos, seus vínculos com os lugares, suas percepções sobre os problemas cotidianos e as potencialidades existentes nos territórios.

Foi justamente dessa constatação que emergiram algumas das questões centrais que orientam esta obra: os sistemas oficiais conseguem revelar toda a complexidade dos territórios? As populações atendidas pelas políticas públicas estão efetivamente sendo ouvidas? Como incorporar seus saberes, percepções e experiências aos processos de diagnóstico e planejamento?

Essas inquietações conduziram à busca por metodologias capazes de complementar os instrumentos já utilizados pela Vigilância Socioassistencial. Nesse contexto, a Cartografia Social e os Mapas Afetivos surgem como possibilidades de ampliar a compreensão dos territórios para além dos indicadores estatísticos, reconhecendo os sujeitos como produtores de conhecimento sobre seus próprios espaços de vida. É a partir dessa perspectiva que avançaremos para as discussões apresentadas nas seções seguintes.

3. Cartografia social e metodologias do afeto



A gestão das políticas públicas tem avançado significativamente nas últimas décadas por meio da ampliação dos sistemas de informação, da produção de indicadores sociais e do uso de ferramentas tecnológicas capazes de mapear e monitorar diferentes realidades territoriais. Entretanto, apesar desses avanços, permanece um desafio fundamental: compreender os territórios para além dos dados estatísticos e das representações institucionais.

Os indicadores quantitativos permitem identificar padrões, localizar vulnerabilidades e subsidiar processos de planejamento e tomada de decisão. Contudo, nem sempre conseguem revelar os significados, percepções, memórias, afetos e experiências que estruturam a vida cotidiana das populações. Como observa Brandão (2006), a investigação social precisa tornar-se mais sensível às vozes daqueles que historicamente foram reduzidos à condição de objetos de pesquisa, transformados em números, categorias ou estatísticas, sem que suas próprias interpretações da realidade sejam efetivamente consideradas.

Essa reflexão nos conduz a uma questão central: de que forma os sujeitos que vivem os territórios podem participar da produção do conhecimento sobre suas próprias realidades? Mais do que identificar problemas sociais, torna-se necessário compreender como esses problemas são percebidos, vivenciados e interpretados pelas pessoas que convivem diariamente com eles. Trata-se de reconhecer que os territórios não são constituídos apenas por infraestrutura, serviços e indicadores socioeconômicos, mas também por relações sociais, práti-

cas culturais, memórias coletivas, identidades e formas particulares de atribuir significado aos lugares.

Nessa perspectiva, dialogamos com as contribuições de Fals Borda (1981; 2015), que defende a construção de processos investigativos mais participativos, capazes de aproximar pesquisadores e comunidades em uma relação de produção compartilhada do conhecimento. Tal postura não implica rejeitar os avanços científicos ou tecnológicos produzidos pela pesquisa tradicional, mas ampliar suas possibilidades por meio da valorização dos saberes construídos na experiência cotidiana. Como destaca Saquet (2019), a participação precisa ocorrer no movimento de interação social e socioterritorial, articulando conhecimento, reflexão e transformação da realidade.

É nesse contexto que a Cartografia Social emerge como uma importante ferramenta metodológica. Ao possibilitar que os próprios sujeitos representem seus territórios, identifiquem problemas, potencialidades, referências simbólicas e relações de pertencimento, ela amplia as formas de compreensão da realidade e fortalece processos de participação social. A Cartografia Social busca construir leituras coletivas sobre os territórios, valorizando conhecimentos frequentemente invisibilizados pelos métodos convencionais de investigação.

Ao incorporar os saberes locais aos processos de diagnóstico e planejamento, essa abordagem contribui para qualificar a gestão pública, especialmente em políticas que possuem o território como referência de atuação. Nesse sentido, a Cartografia Social não substitui os instrumentos tradicionais de análise territorial, mas os complementa, oferecendo elementos capazes de revelar dimensões subjetivas e relacionais que dificilmente aparecem em bases estatísticas ou sistemas de informação.

Essa perspectiva torna-se particularmente relevante para a Assistência Social, cuja atuação está diretamente vinculada à compreensão das vulnerabilidades e potencialidades presentes nos territórios. Se os sistemas de vigilância socioassistencial permitem identificar onde estão determinadas demandas, a Cartografia Social possibilita compreender como essas demandas são vividas e interpretadas pelos próprios sujeitos envolvidos.

Assim, este capítulo visa apresentar a Cartografia Social como uma metodologia capaz de aproximar conhecimento técnico e saber popular, planejamento institucional e experiência cotidiana, gestão pública e participação social. A partir desse diálogo, buscamos demonstrar como a produção compartilhada de representações territoriais pode contribuir para o fortalecimento dos processos de diagnóstico, monitoramento e formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais.

Nos subcapítulos seguintes serão discutidos os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam essa abordagem, bem como as contribuições da pesquisa-ação participativa, da Psicologia Ambiental e dos Mapas Afetivos para a construção de instrumentos voltados à compreensão dos territórios vividos.

3.1. Cartografar para compreender: o geoprocessamento na cartografia social

Ao longo da história, a cartografia consolidou-se como uma linguagem técnica voltada à representação do espaço, mas também como um instrumento associado ao exercício do poder. Seu desenvolvimento esteve frequentemente ligado às estratégias de controle territorial, à administração dos Estados e às necessidades militares. Em grande medida, os mapas foram elaborados para atender aos interesses dos grupos que detinham os meios de produção do conhecimento e da informação.

Essa relação histórica entre cartografia e poder foi reforçada pelo avanço tecnológico. A incorporação de sofisticados sistemas de informação geográfica, imagens de satélite e bancos de dados georreferenciados ampliou significativamente a capacidade de análise espacial, mas também concentrou recursos técnicos e conhecimentos especializados em instituições governamentais, universidades e grandes corporações. Como observa Acselrad (2008, p. 50), "o mapa é uma linguagem de poder e não de contestação", destacando que o acesso às tecnologias cartográficas esteve, durante muito tempo, distante das populações que vivenciam cotidianamente os problemas representados nesses mapas.

Entretanto, se a história da cartografia revela sua vinculação aos mecanismos de controle, ela também evidencia a possibilidade de sua

ressignificação. Assim como argumenta Fals Borda (1981), os avanços científicos e tecnológicos não são, em si, instrumentos de dominação ou emancipação; seus efeitos dependem das formas de apropriação social e política. Sob essa perspectiva, as ferramentas cartográficas podem ser colocadas a serviço das populações historicamente invisibilizadas, contribuindo para a construção de novas leituras sobre os territórios e para o fortalecimento de processos de participação social.

Frequentemente, os sistemas de informação geográfica são associados a uma visão estritamente técnica e quantitativa da realidade. Tal interpretação tende a reforçar a ideia de que o geoprocessamento se limita ao tratamento objetivo de dados espaciais, afastando-se das dimensões subjetivas da experiência humana. Contudo, essa compreensão desconsidera que toda representação espacial resulta de escolhas metodológicas, conceituais e políticas. Os dados selecionados, as categorias utilizadas e as formas de representação adotadas influenciam diretamente a leitura produzida sobre determinado território.

Nesse sentido, o geoprocessamento não precisa estar restrito à representação de fenômenos mensuráveis. Suas potencialidades podem ser ampliadas para incorporar narrativas, memórias, afetos e percepções dos sujeitos sobre os espaços que habitam. Moura (2003) oferece uma reflexão particularmente relevante ao destacar que o termo "processamento", presente na palavra geoprocessamento, deriva do latim *processus*, relacionado à ideia de avanço e transformação. Mais do que representar a superfície terrestre, o geoprocessamento possibilita produzir novos olhares sobre o espaço e gerar conhecimentos capazes de revelar aspectos antes invisíveis da realidade.

Foi justamente essa perspectiva que motivou a busca por metodologias capazes de aproximar a produção de informações territoriais das experiências concretas vividas pelas pessoas. Durante anos de atuação junto às políticas públicas de assistência social, grande parte das análises territoriais esteve baseada em indicadores socioeconômicos, tabelas estatísticas e dados produzidos por institutos de pesquisa. Esses instrumentos são fundamentais para compreender tendências gerais e apoiar o planejamento das ações governamentais. Contudo, ao aproximar o olhar de escalas mais próximas da vida cotidiana — como as-

sentamentos, ocupações urbanas, bairros periféricos ou distritos rurais — tornam-se evidentes algumas limitações das grandes bases de dados.

As estatísticas, por sua natureza, operam por meio da agregação de informações e da construção de categorias gerais. Embora indispensáveis para determinadas análises, muitas vezes não conseguem captar as singularidades que constituem a vida dos territórios. Como observa Brandão (2006, p. 27), os sujeitos acabam frequentemente "reduzidos à norma dos números e ao anonimato do silêncio das tabelas". Nesse processo, experiências, memórias, conflitos, sentimentos de pertencimento e formas de apropriação do espaço tendem a permanecer invisíveis.

A cartografia social surge, então, como uma possibilidade de ampliar a compreensão territorial para além dos indicadores convencionais. Ao incorporar a participação dos sujeitos na produção das informações, ela permite que as pessoas expressem suas percepções, emoções e vínculos com os lugares onde vivem. Mais do que uma técnica de representação espacial, trata-se de uma metodologia que aproxima pesquisador e comunidade, promovendo a construção compartilhada do conhecimento.

Os procedimentos que serão apresentados partem desse entendimento. Busca-se construir formas de investigação que reconheçam os moradores como produtores legítimos de conhecimento sobre seus territórios. Ao tornar visíveis dimensões subjetivas da experiência espacial, os mapas produzidos deixam de representar apenas localizações e distribuições de fenômenos, passando também a revelar sentidos, afetos e relações construídas no cotidiano.

Assim, as informações geradas por meio da cartografia social não substituem os dados quantitativos tradicionalmente utilizados na gestão pública, mas os complementam. Elas oferecem elementos que dificilmente seriam captados por levantamentos estatísticos convencionais, contribuindo para interpretações mais sensíveis e contextualizadas da realidade. Ao aproximar a análise territorial das experiências vividas pela população, essas informações podem fortalecer processos de planejamento, gestão e tomada de decisão mais conectados às necessidades concretas dos sujeitos e dos lugares.

3.2. Instrumento gerador de mapas afetivos

> Quantos mapas, no sentido descritivo (geográfico) serão necessários para absorver [esgotar] um espaço social, para codificar e decodificar todos os seus sentidos e conteúdos? (Lefebvre, 2000, p. 128).

A provocação formulada por Lefebvre expressa um dos desafios centrais desta obra. Se os mapas convencionais são capazes de representar ruas, edificações, fluxos e limites territoriais, como representar os sentimentos, as memórias e os afetos que as pessoas constroem em relação aos lugares onde vivem?

Responder a essa questão exigiu ultrapassar os limites tradicionais da análise espacial. Investigar a dimensão afetiva do território significa adentrar um campo marcado pela subjetividade, pelas experiências cotidianas e pelas formas singulares com que cada indivíduo constrói suas relações com o espaço. Diferentemente de variáveis facilmente mensuráveis, os sentimentos nem sempre se apresentam de forma clara ou objetiva. Muitas vezes permanecem implícitos, manifestando-se por meio de imagens, narrativas, lembranças e metáforas.

Diante desse desafio, tornou-se necessário buscar referenciais teóricos e metodológicos capazes de tornar visível aquilo que, à primeira vista, parece intangível. Foi na Psicologia Ambiental que encontramos caminhos promissores para essa aproximação. Conforme discutem Pinheiro, Günther e Guzzo (2014), trata-se de um campo interdisciplinar dedicado à compreensão das relações entre os seres humanos e seus ambientes sociofísicos, considerando simultaneamente aspectos materiais, culturais, simbólicos e afetivos das experiências espaciais.

Sob essa perspectiva, o ambiente deixa de ser entendido apenas como cenário das ações humanas para tornar-se parte constitutiva dos processos de formação dos sujeitos. As pessoas transformam os territórios que habitam, mas também são continuamente transformadas por eles. Tal compreensão aproxima a Psicologia Ambiental das perspectivas geográficas adotadas neste livro, especialmente quando se reconhece que espaço e sociedade são produzidos em uma relação dinâmica e permanente.

As contribuições de Zulmira Áurea Cruz Bomfim (2010; 2013; 2014) foram fundamentais para consolidar esse diálogo. Em suas pesqui-

sas, a autora articula elementos da Psicologia Ambiental e da Psicologia Social para compreender a relação entre sujeito e ambiente a partir da afetividade. Inspirada na filosofia de Spinoza (2009), Bomfim (2010) compreende os afetos como forças que atravessam simultaneamente corpo e mente, potencializando ou limitando a capacidade de ação dos indivíduos diante do mundo.

Essa concepção mostrou-se particularmente relevante para os objetivos desta investigação, pois permitiu compreender o território não apenas como uma realidade material, mas também como um espaço carregado de significados, emoções e experiências. Foi nesse contexto que incorporamos e adaptamos o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), desenvolvido por Bomfim (2010), como referência metodológica para a apreensão dos vínculos afetivos estabelecidos entre as pessoas e seus lugares de vida.

O instrumento parte de uma premissa simples e, ao mesmo tempo, profundamente reveladora: os afetos podem ser expressos por meio de imagens e narrativas. Assim, desenhos, palavras e metáforas tornam-se recursos capazes de revelar dimensões subjetivas frequentemente ausentes das abordagens tradicionais de investigação territorial.

A metodologia fundamenta-se na noção de Estima de Lugar, definida por Bomfim (2010) como uma forma específica de conhecimento relacionada aos significados emocionais atribuídos ao ambiente construído. Mais do que identificar características físicas dos espaços, busca compreender como esses espaços são sentidos, vividos e interpretados por aqueles que os habitam.

Nesse processo, os desenhos assumem um papel central. Eles funcionam como mediadores da expressão afetiva, permitindo que os participantes representem elementos significativos de seus territórios. Entretanto, o desenho, isoladamente, não esgota o sentido da experiência. Sua interpretação é complementada pelas narrativas produzidas pelos próprios participantes, que atribuem significados às imagens construídas.

Inspirada na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1991), Bomfim (2010) argumenta que os afetos constituem o subtexto da linguagem. Em outras palavras, aquilo que sentimos nem sempre aparece de forma explícita nas palavras que utilizamos. Frequentemente, ma-

nifesta-se por meio de símbolos, imagens e associações que revelam sentidos mais profundos da experiência vivida. Nesse contexto, as metáforas desempenham uma função particularmente importante.

As metáforas condensam experiências complexas em imagens sintéticas capazes de expressar emoções, valores e percepções. Elas não apenas descrevem o território; permitem interpretar a forma como os sujeitos se relacionam com ele. Como argumenta Germano (2001), a linguagem metafórica ocupa um lugar central na produção do conhecimento justamente porque possibilita acessar dimensões da realidade que escapam às formas estritamente racionais de explicação. Essa compreensão dialoga diretamente com as reflexões de Lakoff e Johnson (1980), para os quais as metáforas não constituem meros recursos estilísticos da linguagem, mas formas fundamentais de organização da experiência humana.

Ao trabalhar com desenhos, narrativas e metáforas, o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos distancia-se das tradições metodológicas centradas exclusivamente na objetividade quantitativa. Não se trata de abandonar a racionalidade científica, mas de reconhecer que a experiência humana é constituída por elementos que não podem ser plenamente capturados por indicadores estatísticos ou categorias rígidas de análise.

Essa perspectiva ganha especial relevância quando o objetivo é compreender os territórios vividos. As representações produzidas pelos participantes revelam não apenas características espaciais, mas também medos, desejos, memórias, pertencimentos, conflitos e expectativas. São elementos fundamentais para compreender como os sujeitos percebem seu lugar no mundo e quais possibilidades enxergam para transformar sua realidade.

A filosofia espinosana, retomada por Bomfim (2010) e posteriormente aprofundada por Sawaia (2009; 2010), oferece uma importante chave interpretativa para essas experiências. Os afetos podem aumentar ou diminuir a potência de ação dos indivíduos. Quando predominam sentimentos associados à confiança, ao pertencimento e à solidariedade, ampliam-se as possibilidades de participação e transformação social. Em contrapartida, experiências marcadas pelo medo, pela exclusão e pela

tristeza tendem a restringir a capacidade de agir e projetar futuros possíveis.

Pensar a afetividade, portanto, significa compreender muito mais do que os sentimentos individuais. Significa investigar processos sociais que influenciam modos de existir, formas de convivência e possibilidades de emancipação. Como argumenta Sawaia (2010), a afetividade constitui um ponto de encontro entre as dimensões subjetivas e coletivas da vida social, permitindo acessar aspectos frequentemente invisíveis das relações de poder e das condições de vida nos territórios.

Foi justamente essa potencialidade que motivou a adaptação do instrumento para os objetivos deste livro. Ao associar a apreensão dos afetos ao mapeamento territorial, buscamos não apenas compreender as relações entre pessoas e lugares, mas também identificar espacialmente onde essas experiências se manifestam e como elas se distribuem pelo território.

O mapeamento dos afetos amplia as possibilidades de análise ao integrar dimensões subjetivas às leituras espaciais. Os resultados não substituem os indicadores tradicionalmente utilizados pela gestão pública, mas oferecem informações complementares que contribuem para interpretações mais sensíveis e contextualizadas da realidade social.

Mais do que um procedimento metodológico, essa escolha representa uma aposta na construção de formas mais humanizadas de produzir conhecimento sobre os territórios. Ao incorporar vozes, experiências e sentimentos frequentemente ausentes dos sistemas convencionais de informação, os mapas afetivos tornam-se instrumentos capazes de ampliar o diálogo entre pesquisa, gestão pública e população.

Nesse sentido, a cartografia dos afetos não busca apenas representar o espaço. Ela procura revelar as relações vividas que lhe dão sentido, tornando visíveis dimensões fundamentais para compreender os processos de pertencimento, exclusão, resistência e transformação que atravessam a vida cotidiana dos sujeitos e das comunidades.

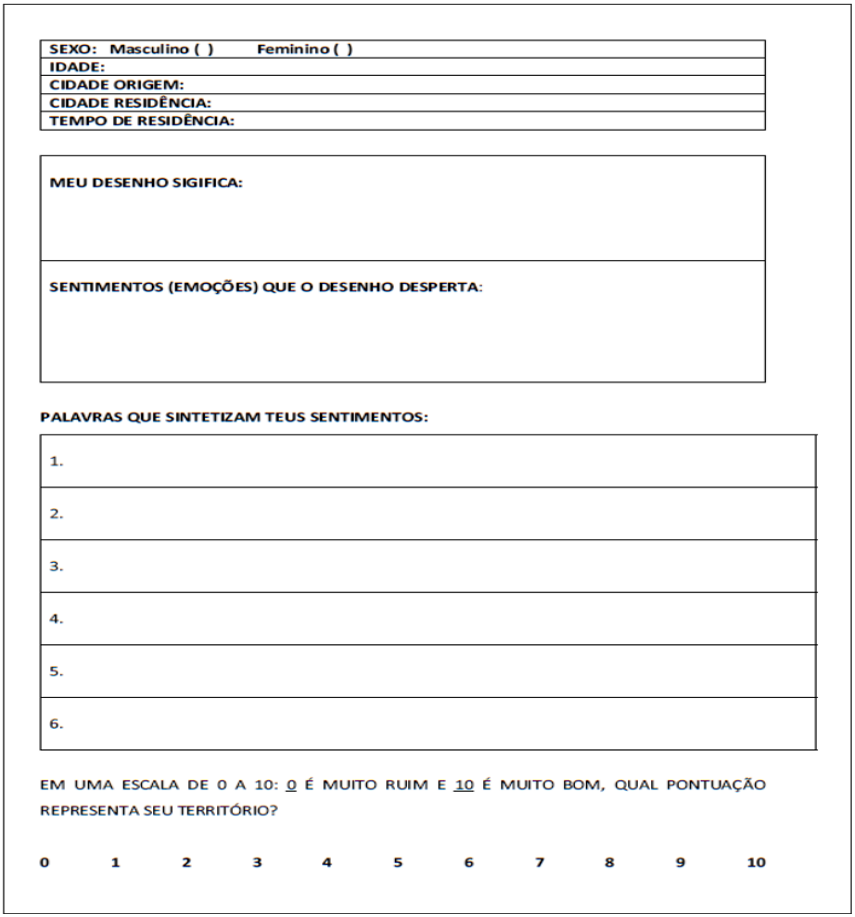
3.3. A metodologia e sua aplicabilidade

A metodologia desenvolvida teve como objetivo investigar os sentimentos e as emoções de participantes residentes em regiões espe-

cíficas de Londrina, Paraná. O procedimento foi baseado no Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), elaborado por Bomfim (2010) e adaptado para produzir representações cartográficas a partir das atividades realizadas nas oficinas.

A atividade foi construída de maneira simples e contou com uma folha impressa frente e verso. De um lado o título e identificação da oficina e espaço para realizar um desenho, e No verso, havia espaços destinados ao preenchimento das informações e respostas dosparticipantes (Figura 05).

Figura 05 - Verso da atividade realizada na oficina



SEXO: Masculino ( ) Feminino ( )
IDADE:
CIDADE ORIGEM:
CIDADE RESIDÊNCIA:
TEMPO DE RESIDÊNCIA:

MEU DESENHO SIGIFICA:
SENTIMENTOS (EMOÇÕES) QUE O DESENHO DESPERTA:

PALAVRAS QUE SINTETIZAM TEUS SENTIMENTOS:

1.
2.
3.
4.
5.
6.

EM UMA ESCALA DE 0 A 10: 0 É MUITO RUIM E 10 É MUITO BOM, QUAL PONTUAÇÃO REPRESENTA SEU TERRITÓRIO?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Fonte: elaborado pelo autor

Antes de iniciar a atividade, são explicados os campos de preenchimento e apresentados alguns exemplos para facilitar a compreensão dos participantes. A primeira etapa consiste na elaboração de um desenho, utilizado como exercício de aproximação com o território vivido. Por meio dele, os participantes podem estabelecer relações com seus contextos cotidianos e expressar emoções, sentimentos e experiências, de forma metafórica ou não. Na sequência, as respostas escritas complementam o desenho, contribuindo para a interpretação das dimensões afetivas e para a construção das categorias que subsidiarão a representação cartográfica.

Nessa sequencia, viramos a página e identificamos no topo da folha algumas informações gerais como sexo, idade, cidade de origem, residência e tempo de residência. Outro ponto importante é que os participantes não preenchem seu nome na folha de atividades, é colocado apenas um número para cada participante, esse número é relacionado com seu endereço que a própria pessoa identifica (Figura 06) no mapa disponibilizado para todos os participantes.

Figura 06 – Participantes identificando seus endereços



Após o preenchimento, inciamos a primeira pergunta que induz o participante a fazer referência ao desenho atribuindo-lhe um significado. Na próxima pergunta, tentamos abstrair um pouco mais, esforçando-se para reproduzir alguma representação escrita do desenho. Após essas duas perguntas, vamos para as palavras-síntese. Nesse momento chamamos a atenção para que suas emoções e sentimentos fossem sintetizados em seis palavras ou pequenas frases que dessem a entender, de modo resumido, seu território e consecutivamente seu desenho. De forma sistematizada, nossa atividade seguiu as etapas que podem ser visualizadas no Quadro 01.

Quadro 01 - Etapas a serem desenvolvidas na atividade.

1. Desenho	2. Significado do desenho	3. Sentimentos que o desenho desperta	4. Palavras-síntese
Primeiro item do instrumento. Propositalmente, foi tomado como primeiro para possibilitar um processo representacional imagético. O desenho tem como função facilitar a expressão das emoções.	Segundo item tem como função exibir o que o respondente quis apresentar com o desenho. Para efeito de análise, consideramos o significado que a pessoa atribuiu ao desenho, em sua estrutura e significado.	Terceiro item tem como função estimular que a pessoa expresse os sentimentos relacionados ao desenho. Este procedimento está fundamentado no método processual de Vygotsky (*apud* LURIA, 1986) para a compreensão do sentido da comunicação complexa.	Quarto item do instrumento sintetiza os sentimentos provocados inicialmente pelo desenho e, em seguida pelos itens anteriores. Pode repetir as palavras desde que cada uma das palavras preencham as 6 lacunas a elas destinadas.

Fonte: BOMFIM, 2010, p. 143, 144 (adaptado pelo autor).

Os objetivos desta atividade para nossa investigação foram criar relações entre o desenho (representação metafórica) e as palavras-síntese e levantar categorias para a formação sistemática a serem utilizadas no instrumento final que será detalhado na sessão de análise dos dados qualitativos.

As categorias que vão subsidiar a espacialização dos fenômenos, foram visualizadas a partir da representação da totalidade dos senti-

mentos encontrados nos registros que inferiam significados a partir dos objetivos investigados. Foram consideradas as presenças e a frequência de aparecimento nas palavras-síntese e enumeradas de acordo com as seguintes categorias: Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança e Contraste. Essas quatro categorias têm o intuito de amparar todos os sentimentos manifestados pelos participantes.

Para melhor esclarecer, vamos detalhar as seguintes categorias no Quadro 02 e os sentimentos encontrados em cada uma delas.

Quadro 02 - Detalhamento das categorias de análise

Agradabilidade	Pertencimento	Insegurança	Contraste
Encontramos palavras que mostram sentimentos de vinculação ao lugar e suas qualidades positivas. Ex.: Eu gosto daqui, é tranquilo, é um lugar agradável, ninguém perturba.	Nesta categoria encontramos sentimentos, emoções e palavras que remetem identificação com o lugar. Ex.: Esse sítio faz parte de mim, sou apegado a essa chácara, tenho amor a esse lugar.	Nesta categoria estão todos aqueles sentimentos que envolvem algo inesperado, instável e, às vezes, negativo. Ex.: fico tenso, falta de atenção, dor, tristeza, medo.	Nesta categoria temos sentimentos emoções que expressam palavras contraditórias em que há uma polarização positiva e negativa. Ex.: é lindo mas é feio, tensão e tranquilidade, me sinto livre mas com medo de sair.

Fonte: Bomfim (2010, p. 145, 146) adaptado pelo autor.

O tipo de classificação escolhida para a formação dessas categorias foi a de saturação, à medida que se repetiam. Na análise das atividades foi feita uma contagem da frequência de aparecimento das palavras ou pequenas frases que se enquadravam nas categorias mencionadas, com isso, foi possível atribuir um valor para cada categoria bem como ordenar a importância de aparecimento dos fenômenos estudados.

3.4. Geoprocessamento e análise de dados qualitativos

O tratamento dos dados provenientes das atividades realizadas para nossa categorização das palavras, residiu na abordagem qualitativa segundo propõe Bomfim (2010, p. 148) a partir da análise de subtexto e do sentido de (Vygotsky, 1991). Que expõe um diálogo entre pensamento e fala, coletivo e singular, sujeito e cultura, apresentando-os como unidade: "O sentido da palavra é a soma de todos os eventos psicológicos evocados em nossa consciência graças à palavra. O significado é só uma dessas zonas do sentido, a mais estável, coerente e precisa" (Vygotski, 1991, p. 333).

A transformação do sentimento em palavra é um processo complexo e dinâmico, no qual a objetivação do sujeito, nem sempre consegue ser alcançada por meio de uma ou mais palavras escritas, para esclarecer de outra forma, Vygotsky (1991) afirma que há sempre um subtexto oculto em todo enunciado. Desse modo, o sentimento ou afeto, não é expresso apenas, é necessário ter meios complementares de expressão que viabilizem a manifestação destes sentimentos para que o subtexto das mensagens seja mais perceptível aos olhos do investigador "[...] buscando também o pensamento que a constitui e sua motivação, já que por trás de cada pensamento há uma intenção afetivo-volitiva" (Vygotski, 1991, p. 324). Por esse motivo, que utilizamos outras formas de expressão além das palavras, como já mencionamos, o desenho – parte de nossa adaptação metodológica de Bomfim (2010) – se faz presente para estimular a apreensão dos afetos e também auxiliar a análise e interpretação da atividade como um todo.

Para estruturarmos nosso processo metodológico nas suas diferentes etapas, foi necessário primeiramente a compreensão da definição dos mapas cognitivos, pois está diretamente relacionado aos mapas afetivos. O mapa cognitivo é tido como um processo no qual a mente humana codifica, armazena, decodifica e representa o ambiente espacial (Bomfim, 2014, p. 52). Nesse processo, estão ações como percepção de imagens, memorização e projeção (Souza, 1995). Os mapas mentais, segundo Oliveira (2006, p. 36) "[...] não devem ser vistos como meros

produtos cartográficos, mas como forma de comunicar, interpretar e imaginar conhecimentos".

Nesse sentido que nos pautamos para interpretação dos desenhos na obra de Lynch (1997) – um dos pioneiros a estudar a representação mental do território em relação ao comportamento humano – o qual enfatiza que uma imagem pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado, elementos de referência facilmente identificáveis pelo indivíduo. Para Lynch (1997, p. 18) "[...] não devemos imaginá-las num plano abstrato, pois, esses três elementos aparecem juntos". Além dos três componentes, Lynch (1997) propõe a interpretação a partir de cinco elementos físicos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes.

Esses procedimentos são parte da operacionalização realizada para podermos estruturar e subsidiar nossas análises, as contribuições de Lynch (1997) são técnicas para se coletar informações a respeito da imagem interiorizada que as pessoas possuem e está relacionada ao modo como os sujeitos experienciam o ambiente, sendo importante os seguintes aspectos: físicos, sociais, culturais e históricos. E por isso, a função de interpretação e de construção de significados tem relevância nos processos de apropriação e identificação dos ambientes que procuramos pesquisar.

Segundo Furlani e Bomfim (2010, p. 52), os mapas afetivos são instrumentos metodológicos que buscam "[...] acessar os sentimentos por intermédio de desenhos, metáforas e palavras, direcionando uma compreensão da relação da pessoa com o entorno físico".

O processo de análise e transformação dos dados brutos em dados úteis contou com a sistematização em duas etapas: 1. Análise de conteúdo; 2. Categorização das unidades, a saber:

> **1. Análise de conteúdo:** Levantar os elementos de cada uma das atividades vinculando desenhos e palavras-síntese onde o desenho pode conter diversas possibilidades de interpretação que auxiliam sua compreensão como: elementos do urbano como estrutura geral; elementos do urbano isolado; ou elementos do urbano como metáforas. E a estrutura geral dos mapas cogni-

tivos (Lynch, 1997) que envolve seus aspectos estruturais e de identidade.

2.Categorização das unidades: classificar as palavras-síntese até uma saturação de respostas com fim de diferenciação para possibilitar a construção de uma tabela em que se enquadrem as categorias e a frequência de aparecimento das palavras-síntese em cada uma das dimensões já mencionadas: Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança e Contrastes.

O conteúdo das palavras-síntese pode variar de sentimentos, qualidades, substantivos ou outras expressões que fogem ao que foi anteriormente solicitado, é por isso que esperamos que neste item o participante indique uma saturação das respostas, ou que afirme com clareza e precisão o seu sentimento. Tal clareza é voltada tanto para a pessoa que responde, como para análise do investigador sobre a ressignificação do que foi provocado pelo desenho e perguntas posteriores. É por isso que as outras questões além das palavras-síntese são tão relevantes no processo de construção do instrumento, pois qualificam de modo geral o que o participante está querendo demonstrar em suas respostas como um todo.

Após realizada essas sistematizações, é incluído o endereço de cada participante por meio dos pontos que os próprios respondentes fazem no mapa apresentado no início da atividade, com esse endereço, é possível vincular a frequência das quatro categorias nas localidades de cada um dos participantes.

Feito isso, a próxima etapa consistiu na importação desta tabela para o software de geoprocessamento Arcgis 10.4.1 para trabalharmos a espacialização dos dados e verificar qual forma de representação temática melhor se ajustaria ao nosso objetivo. Depois de testar diversas técnicas de mapeamento, consideramos duas as mais fiéis à representação para qual necessitamos, a técnica de representação espacial de círculos proporcionais e de densidade de Kernel. Entre as duas, decidimos trabalhar exclusivamente com a densidade de Kernel, tendo em conta que a de círculos proporcionais daria uma noção espacial limitada e objetiva vinculada a um ponto por localidade .

Consideramos o uso da densidade de Kernel para nosso objetivo por se tratar de um dado com representação espacial contínua e que possui uma variação conforme a mensuração de cada ponto no mapa. Tecnicamente, a densidade de Kernel, consiste em quantificar as relações dos pontos dentro de um raio de influência com base em determinada função estatística analisando os padrões inseridos por determinado conjunto de dados pontuais. Essa representação se utiliza de duas variáveis: o valor de cada ponto no mapa (endereço dos participantes com o dado da frequência de repetições relacionadas as nossas categorias) e o valor da distância entre os pontos. Ou seja, além da mensuração do ponto, também é considerado a proximidade que os respondentes se encontram, dando uma noção de intensidade daqueles dados de acordo com cada categoria trabalhada. Segundo Kawamoto, a densidade de Kernel:

> [...] suaviza a superfícies, calculando a densidade para cada região da área de estudo, utilizando interpolação. Isto permite a construção de uma superfície contínua de ocorrências das variáveis, inferindo para toda a área de estudo a variação espacial da variável [...] permitindo verificar, em escala global, possíveis tendência de dados. (Kawamoto, 2012, p. 17)

Com essas primeiras representações cartográficas concluídas, podemos analisar alguns comportamentos entre elas. Sendo possível quantificar a frequência das ocorrências de cada categoria e que iremos abordar com maiores detalhes no discorrer das análises relacionadas aos mapas gerados.

3.4.1. Caracterização e análise na ocupação aparecidinha

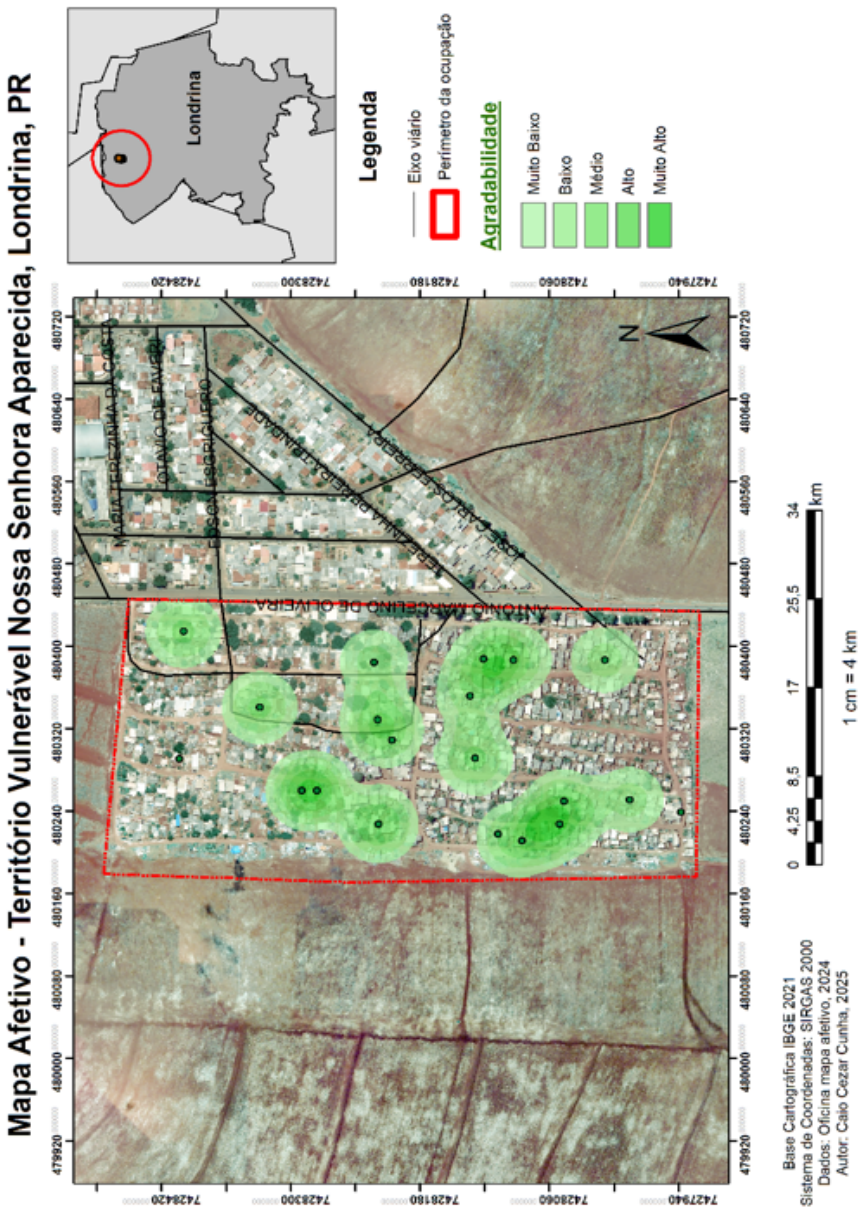
A Ocupação Nossa Senhora Aparecida (Aparecidinha), localizada na região norte de Londrina (PR), constitui um dos principais assentamentos informais do município, resultante do processo histórico de exclusão socioespacial e das dificuldades de acesso da população de baixa renda à moradia formal (Gomes, 2021). A ocupação teve início no ano 2000, quando aproximadamente 30 famílias, apoiadas pela Federação dos Moradores de Assentamentos e Sem-Teto de Londrina (Fastel), ocuparam a área em busca do direito à moradia. Em menos de três dias,

esse número já havia alcançado 280 famílias, evidenciando a elevada demanda habitacional existente no município (Gomes, 2021).

No ano de 2009, levantamento da COHAB-LD identificou 205 famílias na ocupação, que posteriormente foram reassentadas para o Jardim Horizonte II por meio do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários. Entretanto, como a área permaneceu sem cumprir sua função social, uma nova ocupação ocorreu em 2014, contabilizando 248 famílias e cerca de 240 barracos construídos ou em processo de autoconstrução. Já em 2017, foram mapeadas 617 famílias e 614 demarcações de lotes e edificações, demonstrando o rápido crescimento e consolidação do território (Alves; Souza, 2019; Gomes, 2021).

A literatura destaca que grande parte dos moradores possui vínculos familiares com antigos residentes do Jardim São Jorge, ocupação posteriormente regularizada, evidenciando a formação de redes sociais que favoreceram a expansão do território (GomeS, 2021). Apesar dos avanços recentes relacionados à regularização fundiária, a ocupação ainda apresenta desafios quanto à infraestrutura urbana e ao acesso pleno aos serviços públicos. Ao mesmo tempo, é possível verificar que o território é marcado por processos de autoconstrução, organização comunitária e redes de solidariedade que conferem aos moradores forte sentimento positivo de pertencimento e resistência (figura 07), aspectos fundamentais para compreender sua dinâmica para além da condição de vulnerabilidade socioespacial.

Figura 07 – Mapa afetivo – Agradabilidade Aparecidinha

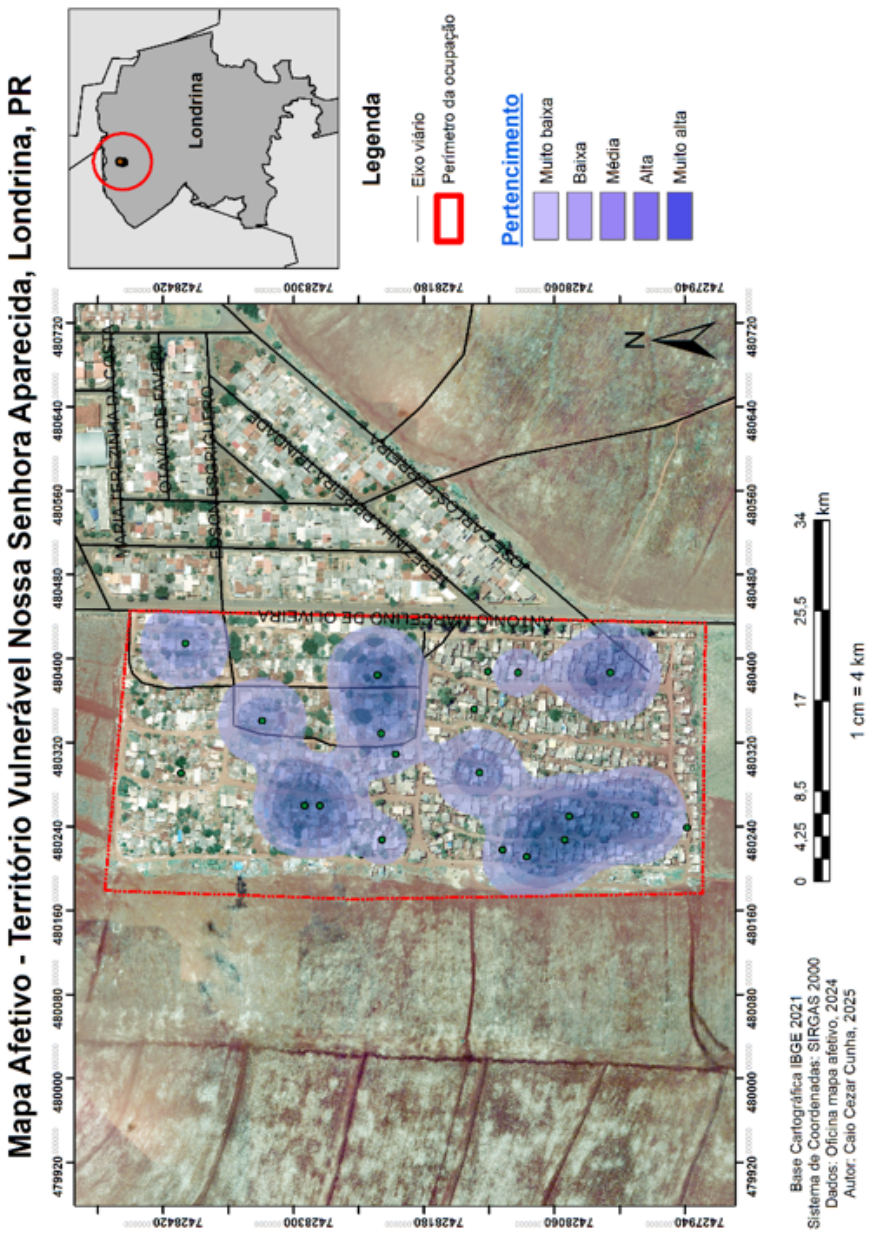


Observa-se a existência de múltiplos núcleos de agradabilidade distribuídos no interior do território. Esses núcleos coincidem com áreas residenciais consolidadas pelo tempo de existência, indicando que o espaço doméstico e o convívio comunitário constituem importantes fontes de bem-estar.

Visualizando as informações a partir dos dados coletados, podemos confirmar que alguns extremos chamam a atenção entre os desenhos e palavras-síntese. A Agradabilidade nas palavras-síntese foram as que mais se repetiram, já no desenho foi a de menor frequência, da mesma forma, verificamos as incidências da Insegurança e do Contraste. Isso ocorre, pois no processo representacional imagético o respondente tem a possibilidade de apontar inúmeros elementos que acabam se sobressaindo em relação a outros, isso quer dizer que a manifestação de pertença com o ambiente pode ser muito mais evidente nas formas representacionais do que nas palavras escritas, da mesma forma e consequentemente com a expressão de elementos que configuram os Contrastes.

Na interpretação do mapa de Agradabilidade, foram identificadas, com maior recorrência, expressões associadas ao vínculo positivo com o lugar, revelando percepções de bem-estar e satisfação. Entre as manifestações mais frequentes destacaram-se: "esperança", "felicidade", "alegria", "satisfação", "conquista", "calma", "tranquilidade", "prazer" e "gosto pelo lugar". Essas expressões evidenciam formas positivas de apropriação e relação com o território, nas quais, mesmo diante de limitações materiais, permanecem presentes sentimentos de valorização, conforto e identificação com o lugar vivido. Essa configuração revela que, mesmo em territórios vulneráveis, existem espaços de proteção simbólica e emocional que sustentam o vínculo territorial como podemos observar na figura 08.

Figura 08 – Mapa afetivo – Pertencimento Aparecidinha



O mapa de Pertencimento revela núcleos intensos distribuídos por todo o território ocupado, com destaque para as áreas central e sudoeste. Essa configuração indica um forte vínculo identitário com o lugar, evidenciado por expressões como "minha casa", "meu lugar", "raízes", "família", "amizade", "vizinhança", "comunidade", "união", "história", "memórias", "convivência" e "acolhimento". Tais manifestações apontam para processos de identificação e enraizamento construídos a partir das experiências compartilhadas e das relações estabelecidas ao longo do tempo.

O Pertencimento é concebido em relação aos sentimentos e qualidades de identificação e apego ao lugar, diferente da categoria de Agradabilidade onde há tendência em polarizar a avaliação a um objeto externo, o Pertencimento tende a apresentar a avaliação do sujeito de um ponto de referência interno.

Podemos afirmar que as representações cartográficas revelam sentimentos e qualificações positivas e de pertença dirigidas aos espaços de vida dos participantes/ respondentes e ocupantes das áreas apresentadas e que podem ser analisadas de forma subjetiva, mas propomos subsidiar essas interpretações por meio da filosofia espinosana de modo a tornar seu uso possível e sua operacionalização viável para os diagnósticos de políticas públicas.

Acreditamos que o afeto agradável ou positivo da pessoa com seu espaço de vida provoca sentimentos que promovam sua ação e vontade de agir desencadeando uma série de mudanças no meio. Nas palavras do filósofo "Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções" (Espinosa, 2008, p. 163). Compreendemos que os afetos são mudanças que ocorrem simultaneamente no corpo e na mente e que proporcionam mudanças também simultâneas, materias e imateriais no meio. A maneira como sentimos nosso território pode aumentar ou diminuir nossa potência e a própria vontade de agir. E a potência e possibilidade de agir estão diretamente relacionada com a autoestima dos indivíduos, a estruturação das identidades e da valorização das pessoas como porta-voz de suas necessidades, a potência de agir emancipa, cria laços de cooperação e

gera autonomia decisória nos espaços de vida, isso é o que podemos denominar de estima potencializadora.

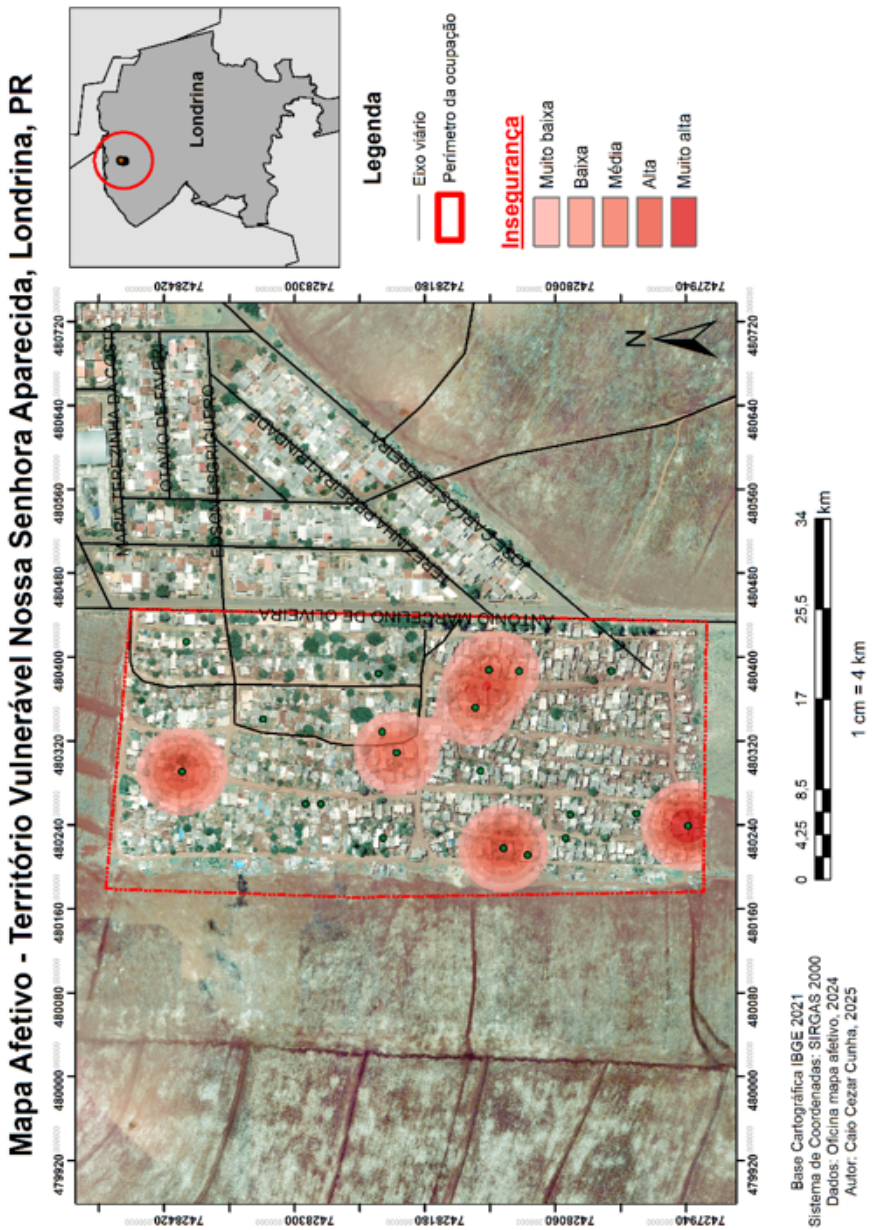
No mesmo sentido, podemos relacionar essa emancipação ao conceito de autoeficácia que se refere à avaliação que a pessoa faz de suas próprias possibilidades de obter sucesso frente à desafios impostos. Segundo Bardagi e Boff (2010, p. 42), a autoeficácia corresponde a "[...] percepções que os indivíduos têm sobre suas próprias capacidades a base para a motivação humana, o bem-estar e as realizações profissionais". A autoeficácia elevada, aponta a confiança e autonomia que a pessoa deposita em si própria, superando com maior facilidade os riscos que lhe são apresentados.

O sentimento de pertencimento parece, portanto, estar associado não apenas à permanência física no território, mas também às memórias, relações sociais, trajetórias de vida e experiências cotidianas que conferem significado ao lugar. Mesmo diante de condições de precariedade, os moradores reconhecem o território como espaço de vida, convivência e construção de identidades, revelando territorialidades consolidadas e vínculos afetivos que contribuem para a permanência e a apropriação do lugar.

As próximas representações (Figuras 09 e 10) apresentam o que consideramos alguns fatores de risco relacionados aos sentimentos das pessoas ao meio, bem como a localização destas incidências para podemos comparar com os mapas já mencionados.

Os mapas das figuras 09 e 10 apresentam o mesmo recorte espacial dos anteriores, mas com informações de Insegurança e Contraste, dois sentimentos que consideramos características despotencializadoras e aumentam a fragilidade dos vínculos, gerando tristeza, passividade e diminuindo a potência de agir.

Figura 09 – Mapa afetivo – Insegurança Aparecidinha



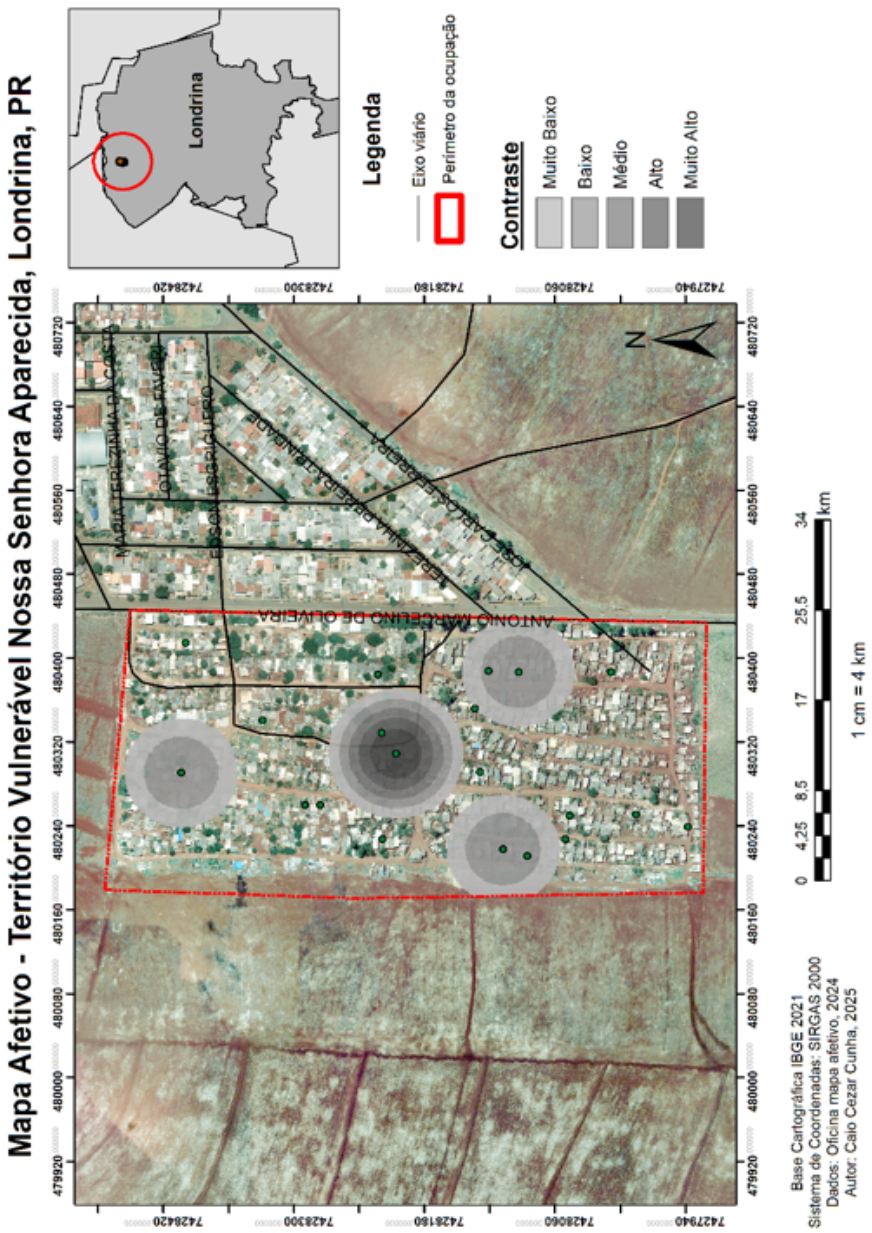
A frequência do mapa de Insegurança (figura 09) pode ser notado pelo tamanho das curvas da representação de Kernel. Isso demonstra a intensidade de palavras expressadas que apresentam sentimentos vinculados a insegurança.

Na categorização dos sentimentos e emoções associados à dimensão da insegurança, destacaram-se expressões como: "dor", "dificuldades", "insatisfação", "indignação", "revolta" "aflição", "medo" e "angústia". Esse conjunto de manifestações evidencia não apenas a percepção de situações adversas vivenciadas no território, mas também a insatisfação diante da ausência ou insuficiência de melhorias consideradas necessárias pelos moradores. Por fim, observa-se a presença de múltiplos núcleos de insegurança distribuídos no interior do perímetro ocupado, com concentrações especialmente na porção central e nas áreas periféricas internas da ocupação.

A distribuição difusa indica que a insegurança não está restrita a um único ponto específico, mas constitui um atributo estrutural do território. Essa espacialização sugere uma experiência cotidiana marcada pela sensação de vulnerabilidade territorial.

A presença de áreas rurais ou vazios urbanos no entorno pode contribuir para essa percepção, reforçando sensações de isolamento, baixa assistência e fragilidade socioespacial.

Figura 10 – Mapa afetivo Contraste Aparecidinha



O mapa de contraste revela núcleos concentrados principalmente na região central do território. O contraste evidencia a consciência

territorial da vulnerabilidade e revela uma territorialidade marcada pela coexistência de afetos potencializadores e despotencializadores, com predominância de vulnerabilidades estruturais associadas às condições de vida enraizados na identidade e no pertencimento em conflito à precariedade urbana e social.

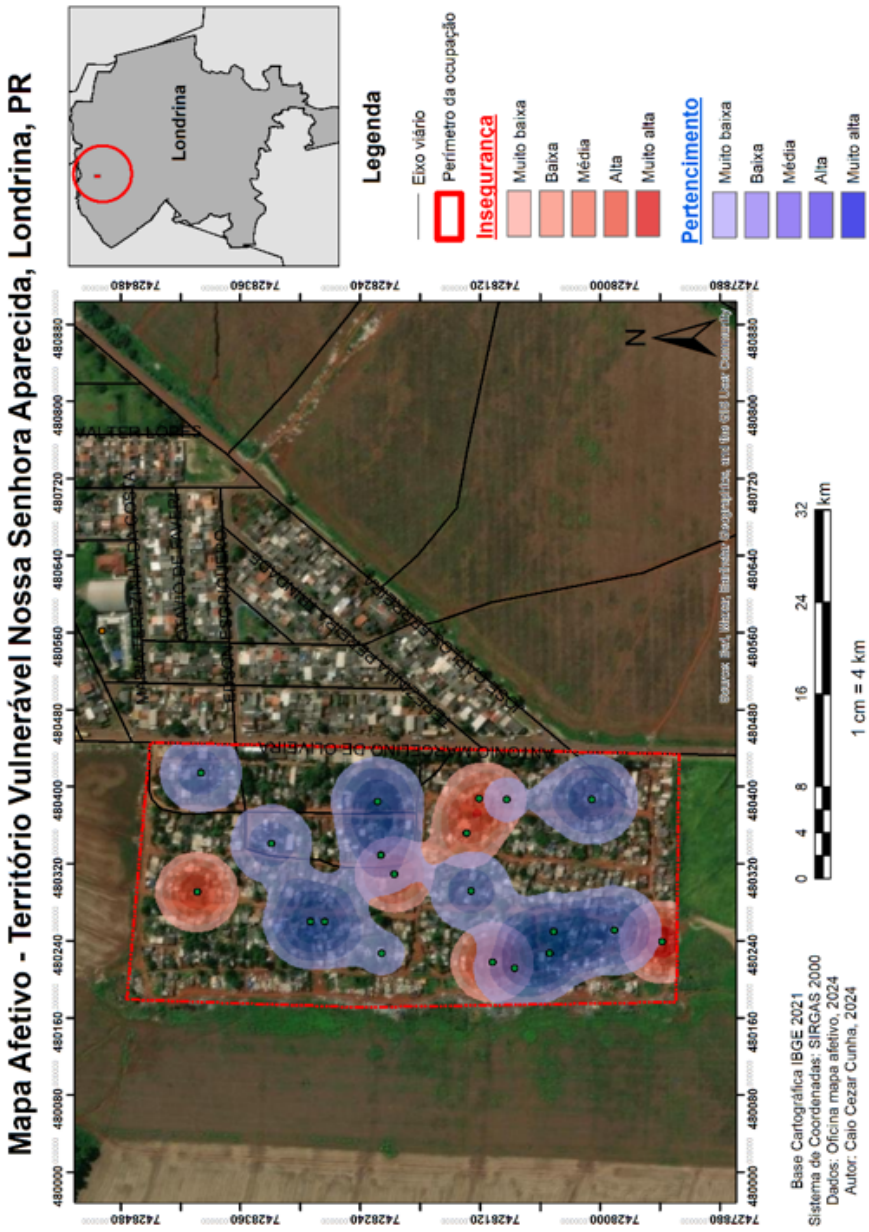
O contraste se refere a frequência de respostas relacionadas a sentimentos contraditórios, essa categoria é a única que pode estar presente em mais de um campo, ou seja, se a pessoa declarou sentimento de agradabilidade e no próximo campo declarou de insegurança, os dois sentimentos serão classificados também como contrastantes, é por esse motivo que a incidência de elementos de contraste pode apresentar alta frequência. Nesta categoria analisamos a frequência das palavras de agradabilidade, pertencimento e insegurança e fazemos uma comparação dos elementos contrastantes

Temos o exemplo do respondente número 06 (26 anos, F, mora na ocupação a 3 anos) Sentimentos: "Desperta felicidade e tristeza. Alegria porque tenho casa e vizinhos. Tristeza por nos ver em uma situação ruim de vida".

Podemos observar nas respostas a essas duas categorias a ocorrência de informações que apresentam um sentido de algo instável, inesperado e as vezes, negativo. A frequência de palavras: "medo", "tristeza", "insatisfação", são referências que nos remetem a isso. O fator Contraste nos mostra uma confusão de sentimentos e a sensação de impotência dos respondentes ao demonstrar por meio das palavras-síntese a noção de tristeza e padecimento por encontrarem-se "em uma situação ruim de vida".

As representações temáticas classificadas como despotencializadoras, mesmo sendo um número de frequência menor do que as que classificamos como potencializadores (Agradabilidade e Pertencimento), nos indica um sinal de alerta para algumas localidades e servem para mensurar qualitativamente que tipos de ocorrências estão acontecendo naquele meio. Por meio dessas caracterizações podemos gerar um perfil, não só das pessoas, mas dos espaços que as constituem para avaliar suas capacidades de lidarem com situações precárias seja por fatores socioambientais, seja por falta de bens, serviços ou equipamentos públicos.

Figura 11 – Mapa afetivo – Insegurança / Pertencimento Aparecidinha



A análise integrada das dimensões de Insegurança e Pertencimento evidencia uma territorialidade marcada por uma significativa am-

bivalência afetiva, na qual sentimentos potencializadores e despotencializadores coexistem e se sobrepõem na experiência cotidiana dos moradores.

Entre os elementos despotencializadores, destacam-se a percepção de insegurança estrutural, associada às condições de precariedade e às limitações presentes no território, e a sensação de desigualdade, expressa pela percepção de diferenças no acesso a recursos, serviços e oportunidades.

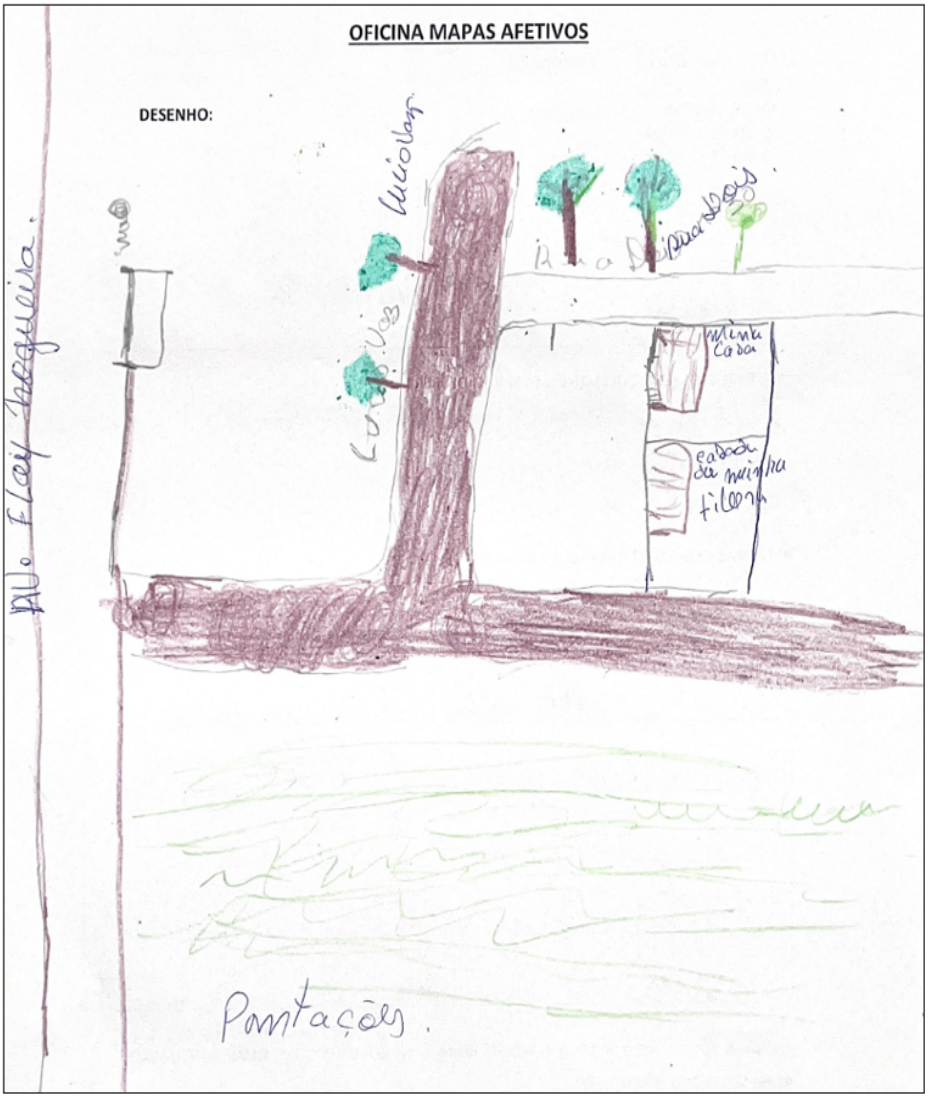
Em contrapartida, entre os elementos potencializadores, sobressaem o forte vínculo de pertencimento ao território, a identificação com o lugar e a presença de núcleos de agradabilidade, relacionados às experiências positivas, às relações de vizinhança e às formas de convivência construídas no cotidiano.

Essa configuração revela um território que, embora marcado por situações de vulnerabilidade e insegurança, não apresenta uma territorialidade fragilizada do ponto de vista identitário. Ao contrário, os vínculos estabelecidos pelos moradores com o lugar demonstram a existência de processos de apropriação, identificação e enraizamento territorial que permanecem ativos mesmo diante das adversidades.

Nesse sentido, o pertencimento assume papel central na constituição de formas de resistência e permanência territorial. Não apenas de neutralizar os efeitos da insegurança, ele produz uma dimensão afetiva capaz de sustentar vínculos, fortalecer identidades e atribuir significado ao território vivido. A coexistência entre insegurança e pertencimento revela, portanto, que a vulnerabilidade socioespacial não implica necessariamente ausência de vínculos ou de capacidade de apropriação do lugar, mas pode coexistir com fortes sentimentos de identificação e pertencimento.

Nas próximas imagens (figuras 12, 13) podemos observar os desenhos realizados pelos participantes, que além de ser etapa fundamental para a atividade se efetivar metodologicamente, apresentam detalhes relevantes da expressão de cada uma das pessoas presentes.

Figura 12 – Desenho participante atividade Aparecidinha

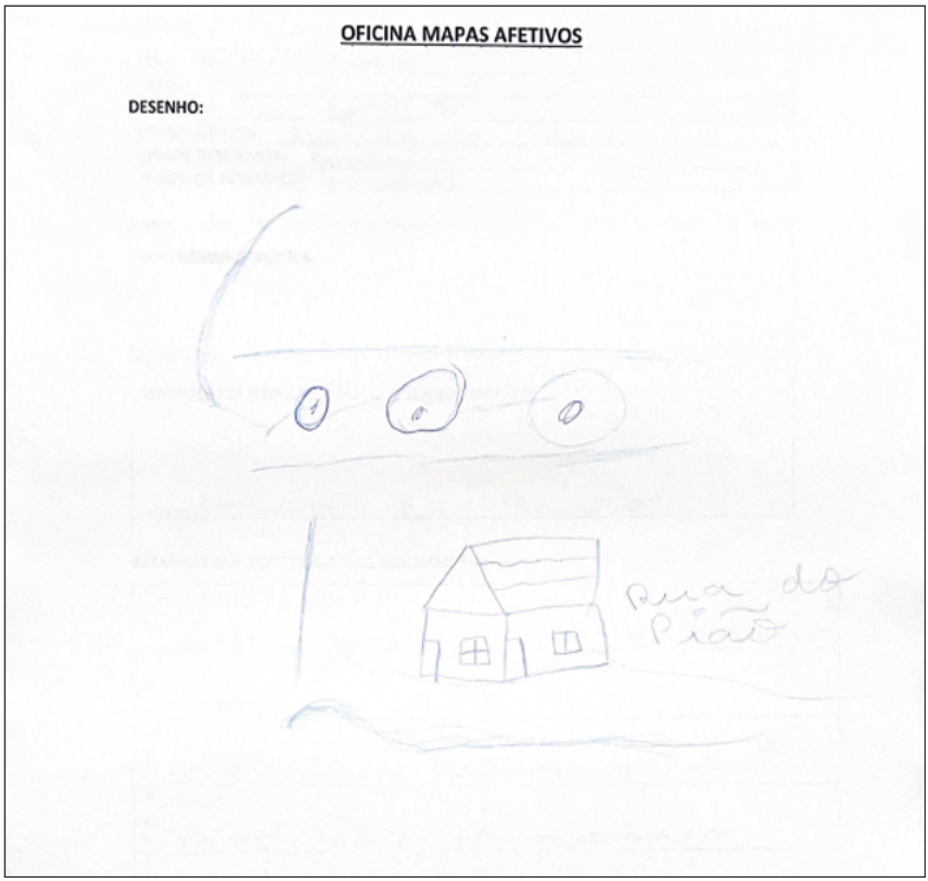


Fonte: Atividade mapas afetivos, 2025

O desenho apresenta uma composição significativa para a leitura do território, a casa ocupa posição central, acompanhada por elementos do entorno, como árvores, rua e espaços livres. A representação concentra-se na experiência cotidiana da moradia e da vizinhança. A presença de elementos identificados por escrita — como referências à "minha casa" e à família — que reforçam a dimensão subjetiva e rela-

cional do espaço expressando uma estima positiva para o território. A casa, nesse sentido, ultrapassa sua função material e aparece como referência de proteção, identidade e pertencimento. A presença de árvores e do espaço aberto ao redor da residência sugere ainda uma percepção do território que não se limita à edificação, incorporando o entorno imediato como parte do lugar vivido. A rua, representada de maneira bastante marcada, funciona como elemento de conexão entre a casa e o espaço coletivo.

Figura 13 – Desenho participante atividade Aparecidinha



Fonte: Atividade mapas afetivos, 2025

O desenho apresenta uma composição mais simples e concentrada, na qual a casa e a via de acesso constituem os principais ele-

mentos representados. A presença de uma área viária marcada e das formas circulares sobre a via pode ser relacionada às condições da rua, especialmente considerando as manifestações do participante durante a atividade acerca dos buracos e da precariedade da infraestrutura. Nesse sentido, a representação evidencia uma percepção mais crítica do espaço vivido, na qual as condições de circulação assumem importância na experiência cotidiana do território.

A casa permanece como referência central da representação, indicando a presença da moradia como elemento de identificação com o lugar. Entretanto, sua relação com uma via representada de maneira irregular e pouco estruturada sugere uma experiência territorial marcada pela insatisfação com as condições do entorno e pela ausência de infraestrutura adequada.

3.4.2. Caracterização e análise na Ocupação Córrego sem Dúvida

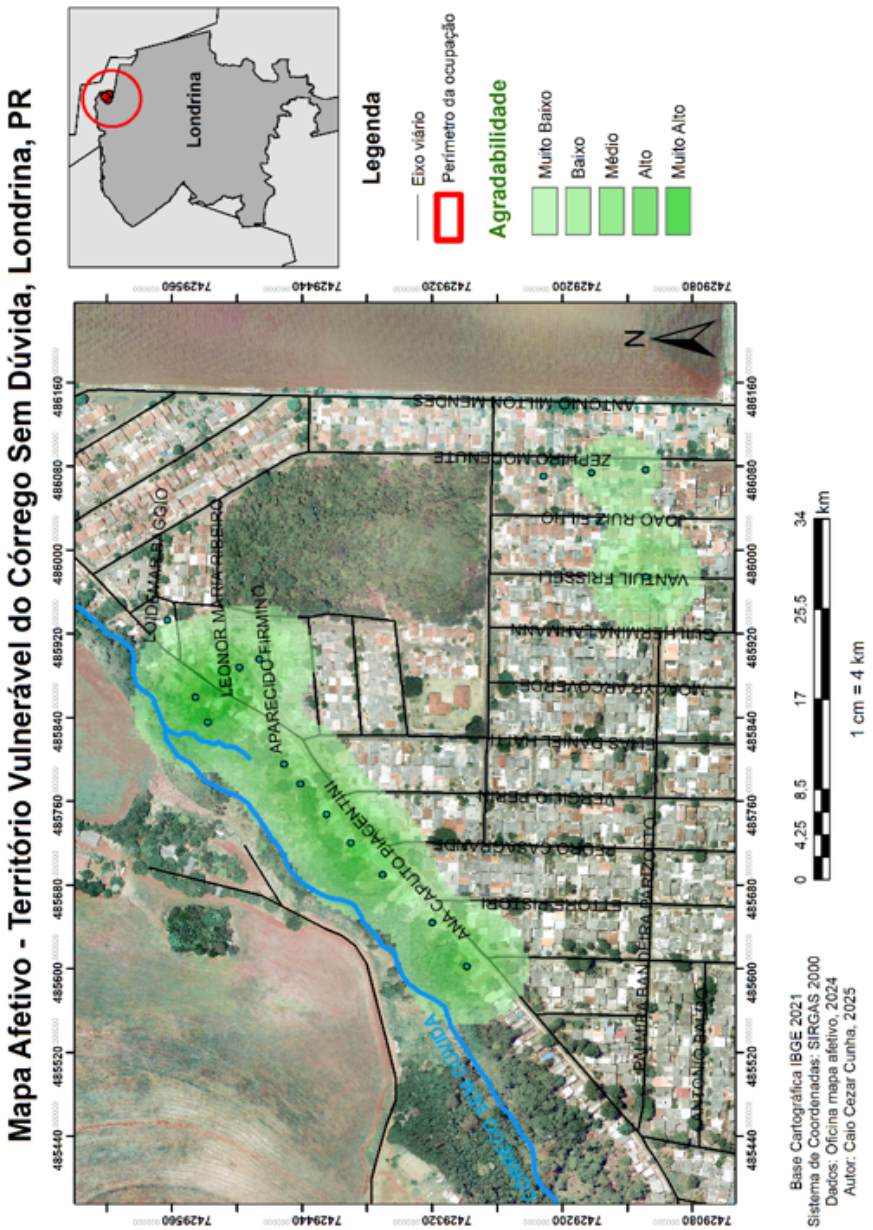
A Ocupação do Córrego Sem Dúvida, localizada na região norte de Londrina (PR), constitui um dos principais assentamentos informais do município, resultante do processo histórico de exclusão socioespacial e das dificuldades de acesso da população de baixa renda à moradia formal (Oliveira; Davi; Antonello, 2021). Inserida em um fundo de vale, parte da ocupação encontra-se em Área de Preservação Permanente (APP), evidenciando as tensões entre o direito à moradia, a preservação ambiental e o planejamento urbano (Oliveira; Davi; Antonello, 2021).

Segundo o levantamento realizado por Antonello e Davi (2022), em 2019 a ocupação era composta por aproximadamente 218 famílias, distribuídas entre a área consolidada e a expansão iniciada após 2015. O mesmo estudo identificou um perfil social marcado pela baixa renda, forte inserção no mercado de trabalho informal e pela permanência de muitas famílias nos cadastros da COHAB à espera de atendimento habitacional (Antonello; Davi, 2022).

As pesquisas também evidenciam que as moradias foram construídas predominantemente em regime de autoconstrução, constituindo uma expressão dos saberes populares e das estratégias desenvolvidas

pelos moradores para garantir sua permanência no território (Oliveira; Davi; Antonello, 2021).

Figura 14 – Mapa afetivo – Agradabilidade Córrego sem Dúvida

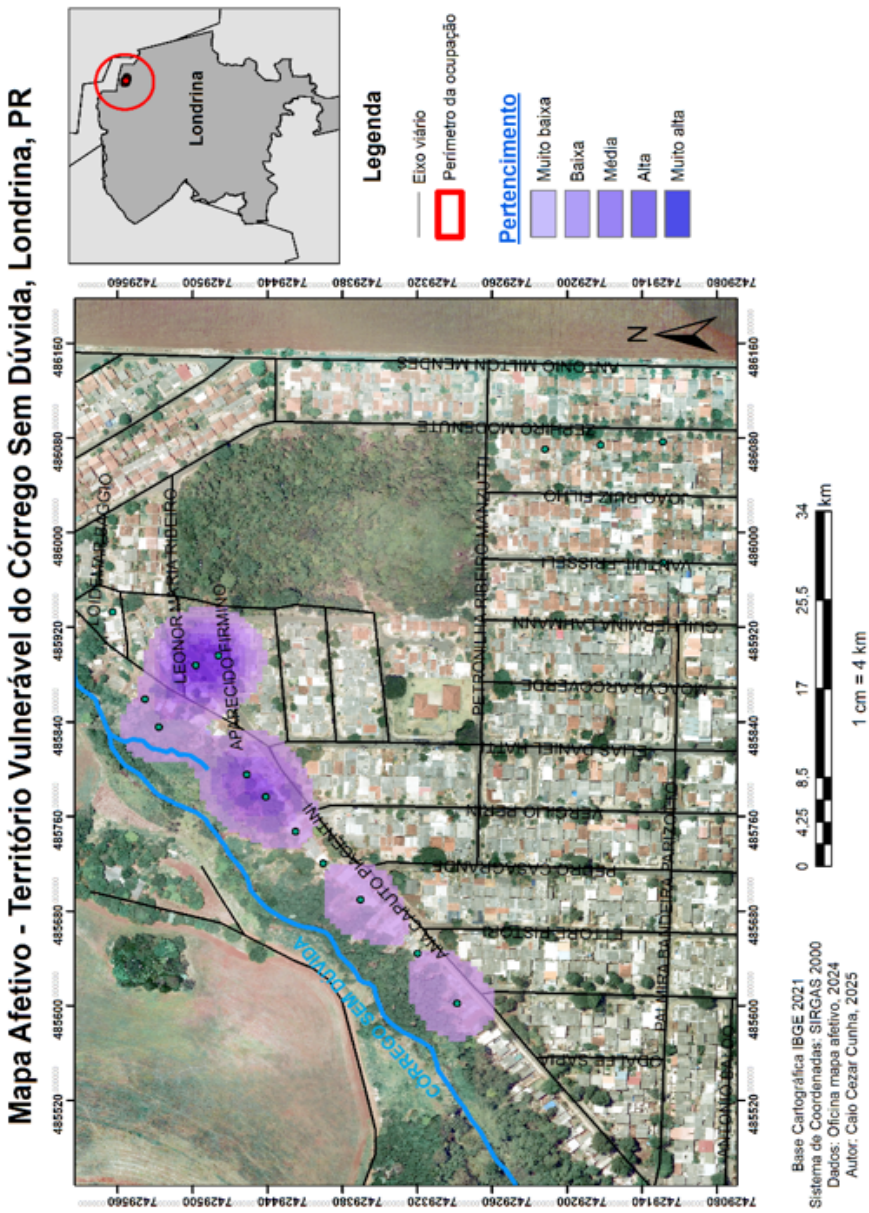


O mapa de agradabilidade revela núcleos distribuídos no interior da área ocupada, associados principalmente aos espaços de moradia e convivência cotidiana. Esses núcleos indicam que, mesmo em um contexto de vulnerabilidade constatado pela variável de insegurança, o território abriga espaços que produzem sensações de conforto, segurança relativa e estabilidade emocional.

A agradabilidade está diretamente associada à experiência do habitar e às relações sociais construídas no território, e não a elementos ambientais específicos.

As palavras-síntese, que mais apareceram nessa categoria foram: "segurança", "conquista", "felicidade", "apoio" e "esperança". Essa dimensão revela a capacidade das pessoas de produzir vínculos positivos com o território, mesmo diante de condições adversas.

Figura 15 – Mapa afetivo – Pertencimento Córrego sem Dúvida



O mapa de pertencimento apresenta pontos distribuídos ao longo do território ocupado, com maior intensidade nas áreas residenciais mais antigas. Esse padrão revela a existência de vínculos territoriais con-

solidados, construídos a partir da experiência cotidiana e das relações sociais estabelecidas no território.

Podemos diferenciar o Pertencimento da Agradabilidade quando notamos, nestes casos, o sentimento de segurança e apego ao lugar a partir de um ponto de referência interno, diferente de Agradabilidade que costuma ter uma concepção mais generalizada do entorno em que se vive.

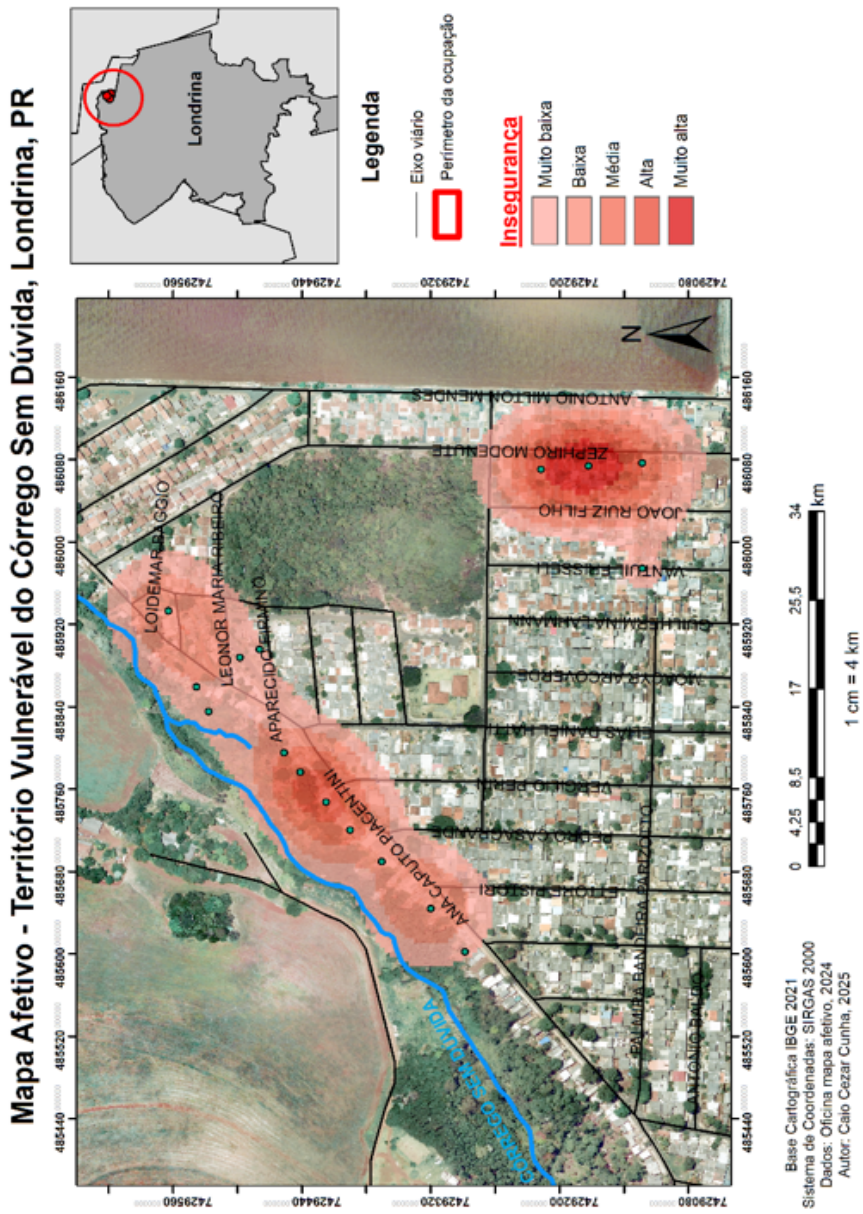
Nos diálogos com os moradores durante as atividades, era possível notar que os sentimentos de Agradabilidade estavam sempre vinculados a algum tipo de melhorias em infraestrutura e serviços, isso apresentava satisfação aos moradores por conta da insegurança da maioria em morar em algumas áreas irregulares. A manifestação do respondente 2 (39 anos, M, mora a 12 anos) evidencia uma dimensão importante da relação estabelecida com o território: "é bom quando vê instalando um poste, a gente vai ter que pagar a conta, mas a gente sabe que não vai ter que sair". A narrativa revela que a chegada de uma infraestrutura básica, embora represente a incorporação de novos custos para os moradores, é percebida positivamente por estar associada à permanência no local e à possibilidade de continuidade da vida no território.

O pertencimento emerge como um dos principais elementos da estima territorial potencializadora dos vínculos e da resiliência, indicando que os moradores reconhecem o território como espaço legítimo de vida, identidade e reprodução social.

Os próximos mapas (figura 16 e 17) demonstram fatores de risco ou despotencializadores relacionados a sentimentos que consideramos ser o contrário dos apresentados anteriormente e que podem ser confrontados para avaliar a frequência das respostas e sua abrangência como elucidado pela densidade de Kernel.

Os mapas das figuras 16 e 17 mostram o mesmo recorte espacial das representações anteriores apresentando a ocupação do Córrego sem Dúvida em sua totalidade, mas com os dados de Insegurança e Contraste.

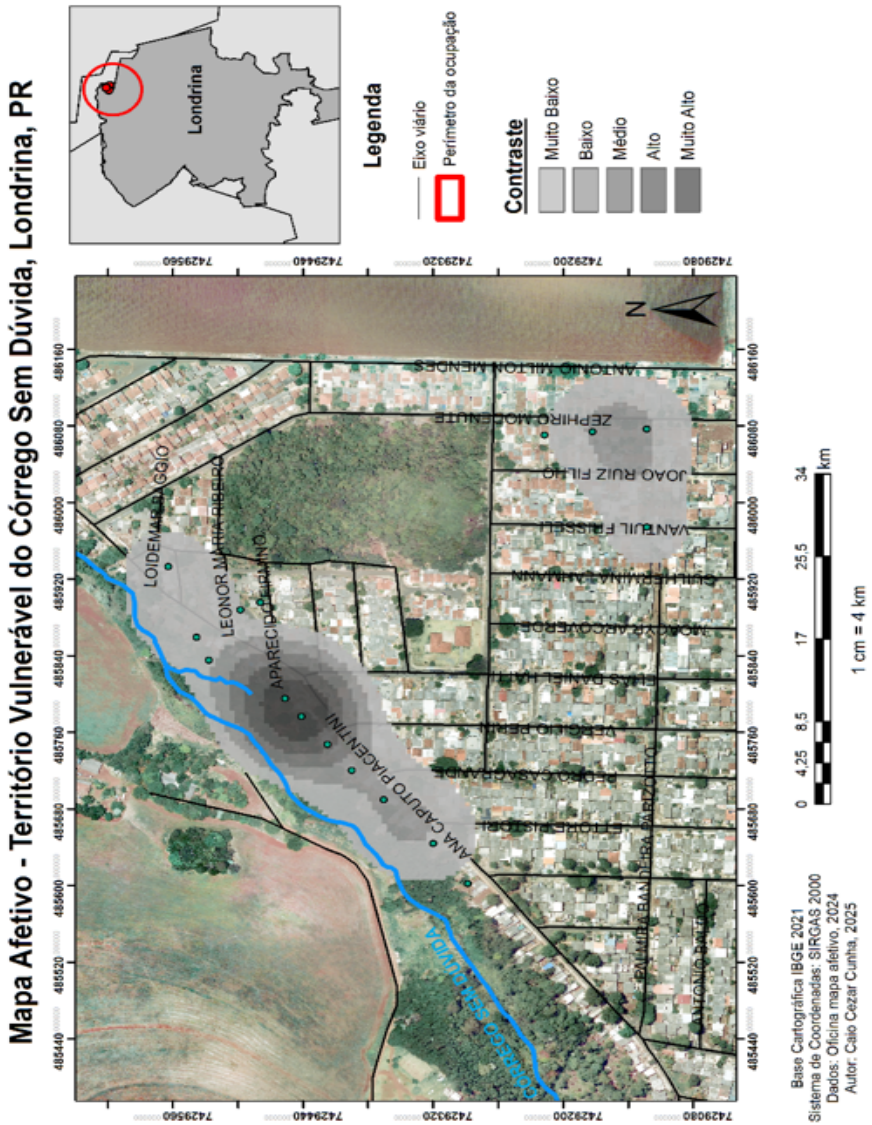
Figura 16 – Mapa afetivo – Insegurança – Córrego sem Dúvida



O mapa afetivo de insegurança apresenta núcleos distribuídos ao longo da área ocupada, com maior intensidade nas porções de encosta do córrego e a sudeste do território. A distribuição espacial indica que

a insegurança constitui uma dimensão estruturante da experiência cotidiana dos moradores, não estando restrita a um único ponto específico, mas associada ao conjunto das condições territoriais. As palavras-síntese mais frequentes na categoria Insegurança foram: “insatisfação”, “violência”, “dificuldade”, “destruição”, “medo”.

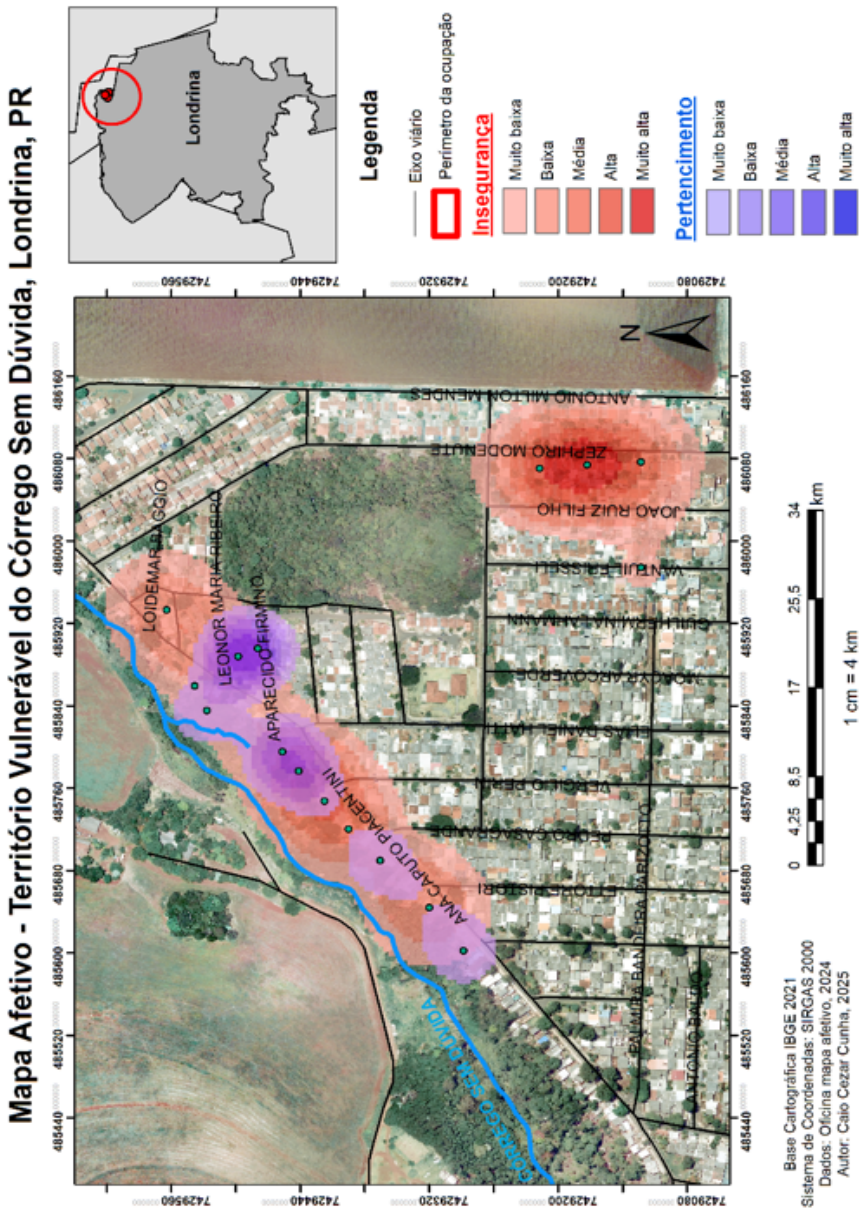
Figura 17 – Mapa afetivo – Contraste Córrego sem Dúvida



A coexistência de núcleos de insegurança e pertencimento no interior do território apresenta a espacialidade denominada de contraste. Ressaltando que essa categoria pode estar presente em mais de um campo caso a mesma pessoa tenha declarado em suas respostas a sentimentos opostos. Nesta categoria levantamos todas as palavras relacionadas a Agradabilidade, Pertencimento e Insegurança e quantificamos as repetições que contrastam uma das outras. Essa sobreposição constitui um elemento central para a compreensão da territorialidade afetiva, pois demonstra que o território é simultaneamente percebido como espaço de vulnerabilidade e espaço de identidade.

Esse cenário revela que, mais uma vez, as relações identitárias das pessoas com o território são a principal estima que sustenta a permanência e a manutenção da reprodução social em contextos de vulnerabilidade socioestruturais. Essa configuração caracteriza uma territorialidade em que forças potencializadoras e despotencializadoras coexistem e estruturam a experiência territorial.

Figura 18 – Mapa afetivo – Insegurança/Pertencimento Córrego sem Dúvida



No território Córrego Sem Dúvida utilizou-se a análise integrada entre Insegurança e Pertencimento pois foram as variáveis que apresentaram grande distinção em um mesmo território. Deixando evidente a coexistência espacial entre a percepção da estima potencializadora com a variável Pertencimento e a fragilidade com a variável de Insegurança caracterizado pela estima despotencializadora dos vínculos e riscos sociais nesse território.

Essa sobreposição constitui um elemento central para a compreensão da territorialidade afetiva, pois demonstra que o território é simultaneamente percebido como espaço de vulnerabilidade e espaço de identidade.

Essa coexistência revela que, mesmo em condições degradantes, os moradores desenvolvem vínculos territoriais que sustentam sua permanência no território.

Assim como observado no território Nossa Senhora Aparecidinha, o pertencimento emerge como elemento central de resistência territorial, compensando parcialmente os efeitos despotencializadores das condições de vulnerabilidade constatadas.

Nas próximas imagens (figuras 19 e 20) podemos observar os desenhos executados nesta atividade e que demonstram um complemento das palavras-síntese expondo os afetos e as especificidades de cada território de maneira ilustrada.

Figura 19 – Desenho participante atividade Córrego sem Dúvida

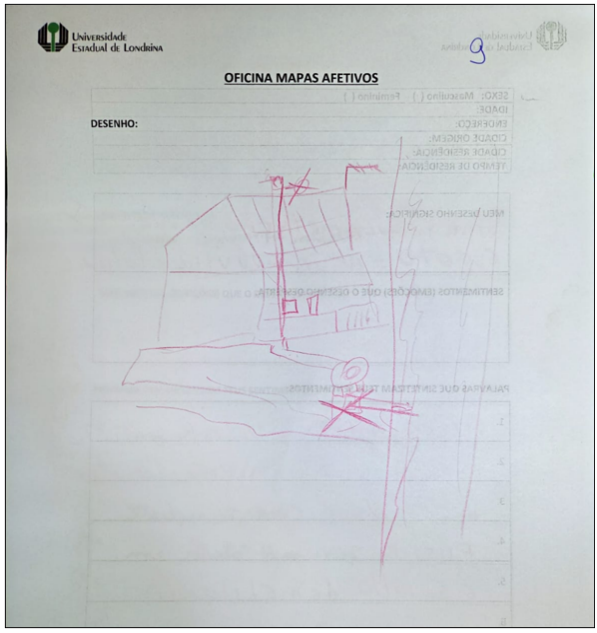


Fonte: Atividade mapas afetivos, 2025

O desenho apresenta uma composição centrada na casa e no córrego, que ocupam posições de destaque na representação do território. A moradia aparece como principal referência construída, enquanto o curso d'água é representado de forma bastante marcada na parte inferior do desenho, estabelecendo uma relação espacial direta entre o lugar de moradia e o ambiente que o circunda. A presença de vegetação entre a casa e o córrego reforça essa integração entre os elementos naturais e o espaço cotidiano.

A representação do córrego é particularmente significativa para a leitura do território do Córrego Sem Dúvida, uma vez que o curso d'água constitui um elemento estruturador da paisagem e da própria ocupação. Ao mesmo tempo em que integra o espaço vivido pelo participante, sua presença está associada às condições de vulnerabilidade socioambiental identificadas no território. A casa, por sua vez, permanece como referência central, indicando que a experiência do território se estrutura a partir da relação entre moradia, entorno e ambiente.

Figura 20 – Desenho participante atividade Córrego sem Dúvida



Fonte: Atividade mapas afetivos, 2025

O desenho apresenta uma composição centrada na moradia e na via de circulação, com a casa representada de forma relativamente simples e inserida junto à rua. A presença de elementos verticais que podem remeter à infraestrutura urbana, associada à representação pouco definida da via, ganha significado quando relacionada à fala do participante sobre a ausência de iluminação pública e de rede de esgoto.

Nesse sentido, a representação evidencia uma percepção mais despotencializadora do território, marcada pela insuficiência da infraestrutura básica e pelas condições precárias do espaço de circulação e do entorno da moradia. A ausência de elementos que indiquem condições adequadas de urbanização reforça a leitura de um território experimentado a partir das carências cotidianas, nas quais a falta de serviços essenciais interfere diretamente na qualidade de vida dos moradores.

3.4.3. Caracterização e análise na Ocupação Flores do Campo

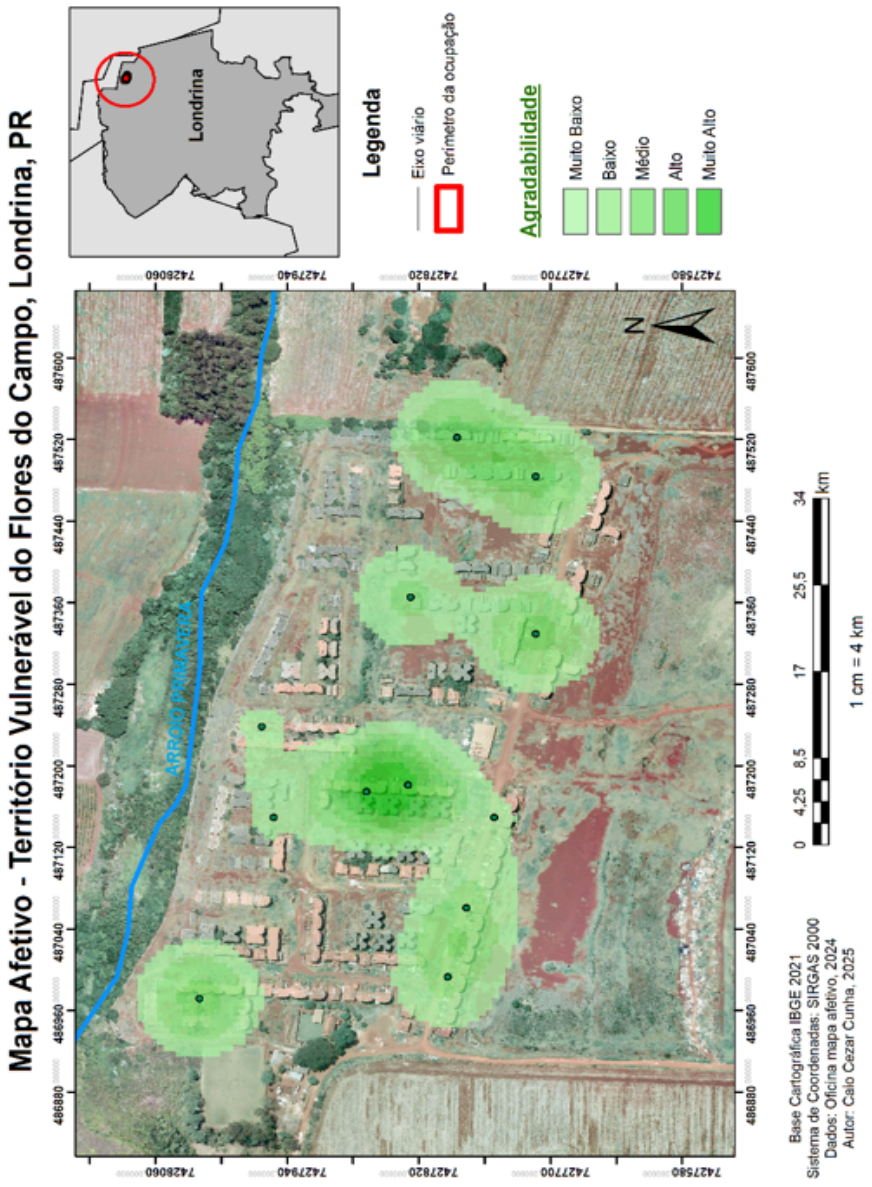
A Ocupação Flores do Campo, localizada na região norte de Londrina (PR), originou-se a partir da paralisação das obras de um empreendimento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, destinado à construção de 1.218 unidades habitacionais para famílias de baixa renda (Volpato; Ruiz, 2020; Santos, 2023). Em decorrência da falência da construtora responsável, as obras foram interrompidas em 2015, quando aproximadamente 48% do conjunto habitacional estava concluído, permanecendo abandonado por cerca de um ano (Volpato; Ruiz, 2020). Diante desse cenário, em 1º de outubro de 2016, cerca de 1.000 famílias ocuparam o empreendimento reivindicando o direito à moradia, muitas delas já cadastradas há anos nos programas habitacionais do município (Volpato; Ruiz, 2020; Caldeira, 2024). Nos primeiros meses da ocupação, estimava-se a presença de aproximadamente 3 mil moradores, tornando o Flores do Campo uma das maiores ocupações urbanas de Londrina (Santos, 2023).

Ao longo da constituição da ocupação houve um expressivo contingente de população migrante, especialmente haitianos e venezuelanos. Em setembro de 2022, estimava-se a presença de aproximadamente 200 imigrantes dessas nacionalidades no território, inseridos em

um contexto de busca por melhores condições de vida e marcado por instabilidade no trabalho, subemprego, discriminação e dificuldades de acesso a direitos (Souza Filho; Marcolin; Veiga, 2026). A condição migrante acrescenta uma dimensão específica à vulnerabilidade vivenciada pelas famílias, uma vez que as barreiras documentais e burocráticas dificultam o acesso às políticas habitacionais e a outros serviços e direitos sociais, ampliando as situações de precariedade e insegurança quanto à permanência no território (Souza Filho; Marcolin; Veiga, 2026). A ocupação passou a enfrentar intensos conflitos fundiários, sucessivas ações de reintegração de posse e limitações relacionadas à infraestrutura urbana, ao transporte público e ao acesso aos equipamentos e serviços públicos (Santos, 2023; Caldeira, 2024).

A presença de brasileiros e migrantes evidencia que a vulnerabilidade territorial no Flores do Campo se articula às diferentes condições de inserção dos sujeitos na cidade e ao acesso desigual às políticas públicas. A percepção que se cria com as atividades realizadas na ocupação, destaca-se pela capacidade de organização dos moradores, a formação de redes de solidariedade e o desenvolvimento de estratégias próprias de comunicação comunitária como mecanismos de fortalecimento da identidade coletiva. Com isso, a ocupação constitui um território que expressa as contradições das políticas habitacionais, as desigualdades que atravessam a condição migrante e também evidencia processos de resistência, organização popular e construção cotidiana do espaço urbano.

Figura 21 – Mapa afetivo – Agradabilidade Flores do Campo



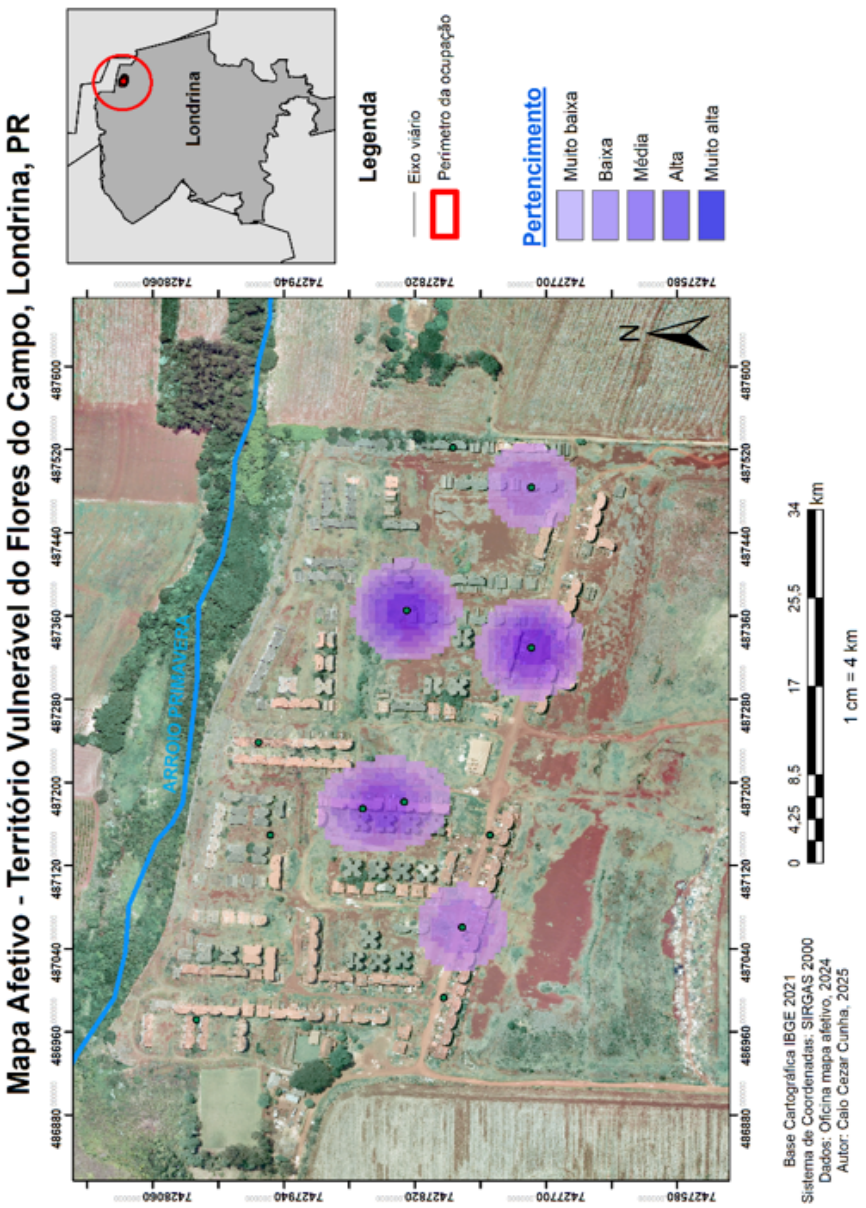
O mapa afetivo de agradabilidade revela pontos distribuídos no interior da área ocupada, mas com pouca frequência, ou seja, com baixa relação a elementos afetivos de agradabilidade. A baixa frequência pode ser compreendida a partir da própria instabilidade territorial que carac-

teriza a ocupação, marcada pela constante rotatividade dos moradores e pela mudança recorrente das famílias que ocupam as moradias.

A rotatividade limita a consolidação dos vínculos afetivos, isso não quer dizer que diminui a agradabilidade. Essa afirmação preserva a lógica do mapa afetivo, pois existem lugares agradáveis, mas eles não aparecem com grande frequência porque a relação dos sujeitos com o território é atravessada pela instabilidade.

Essa dinâmica dificulta a consolidação de vínculos duradouros com o espaço e, consequentemente, a formação de referências afetivas compartilhadas no território. Tal condição se torna ainda mais significativa diante da presença expressiva de moradores migrantes, cuja inserção é atravessada pela fragilidade relacionadas ao trabalho, dificuldades documentais, barreiras de acesso às políticas públicas e processos de adaptação a um novo espaço de vida.

Figura 22 – Mapa afetivo – Pertencimento Flores do Campo

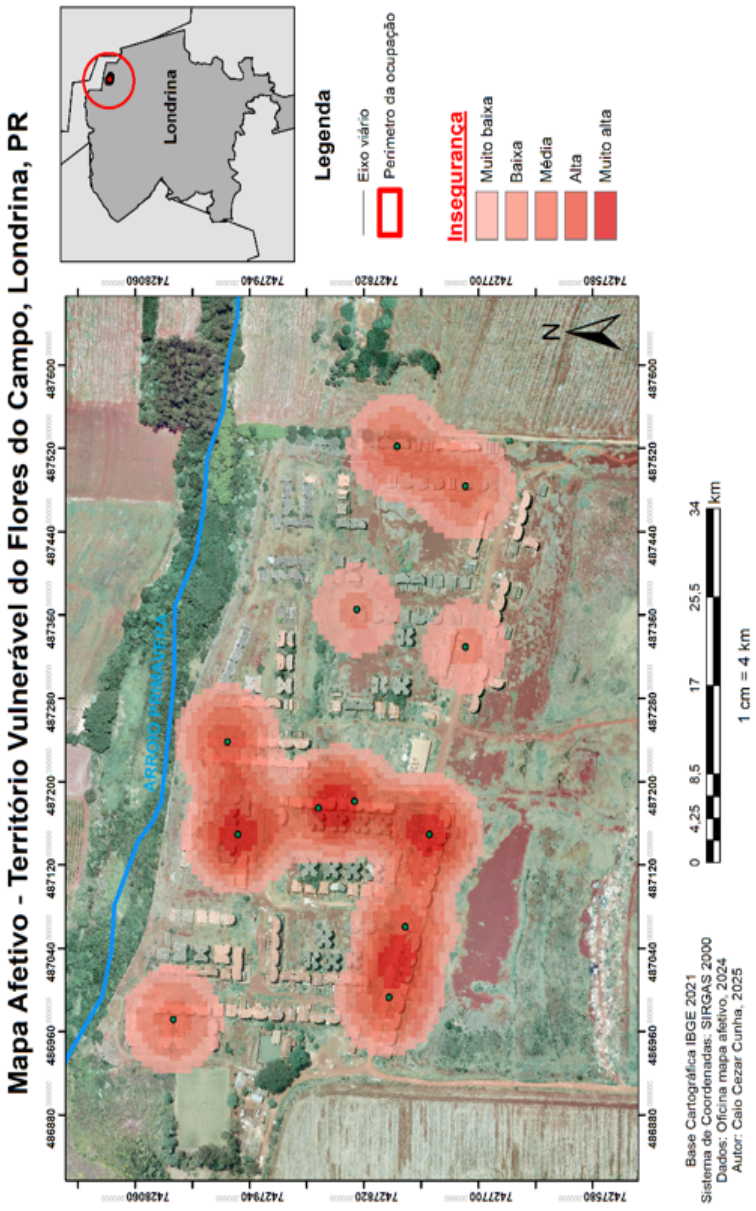


O mapa de pertencimento evidencia núcleos bem definidos distribuídos pontualmente na área ocupada, a variável Pertencimento expressa o reconhecimento do território como parte constitutiva da trajetória de vida dos moradores, evidenciando a formação de territorialidades enraizadas.

Em relação às outras variáveis, é possível notar que uma quantidade menor de moradores elencou essa categoria (quantidade de pontos no mapa), no entanto, esse pequeno número representou grande frequência, ou seja, alta relação a sentimentos de pertença. É possível afirmar, de acordo com as respostas elencadas que todos os pontos que permaneceram com a frequência alta (do mapa de agradabilidade para o de pertencimento) é relacionado a moradores mais antigos e que criaram vínculos sociais mais sólidos no território.

Esse padrão demonstra que o território não é percebido apenas como espaço de moradia, mas como espaço de referência social e construção identitária.

Figura 23 – Mapa afetivo – Insegurança Flores do Campo

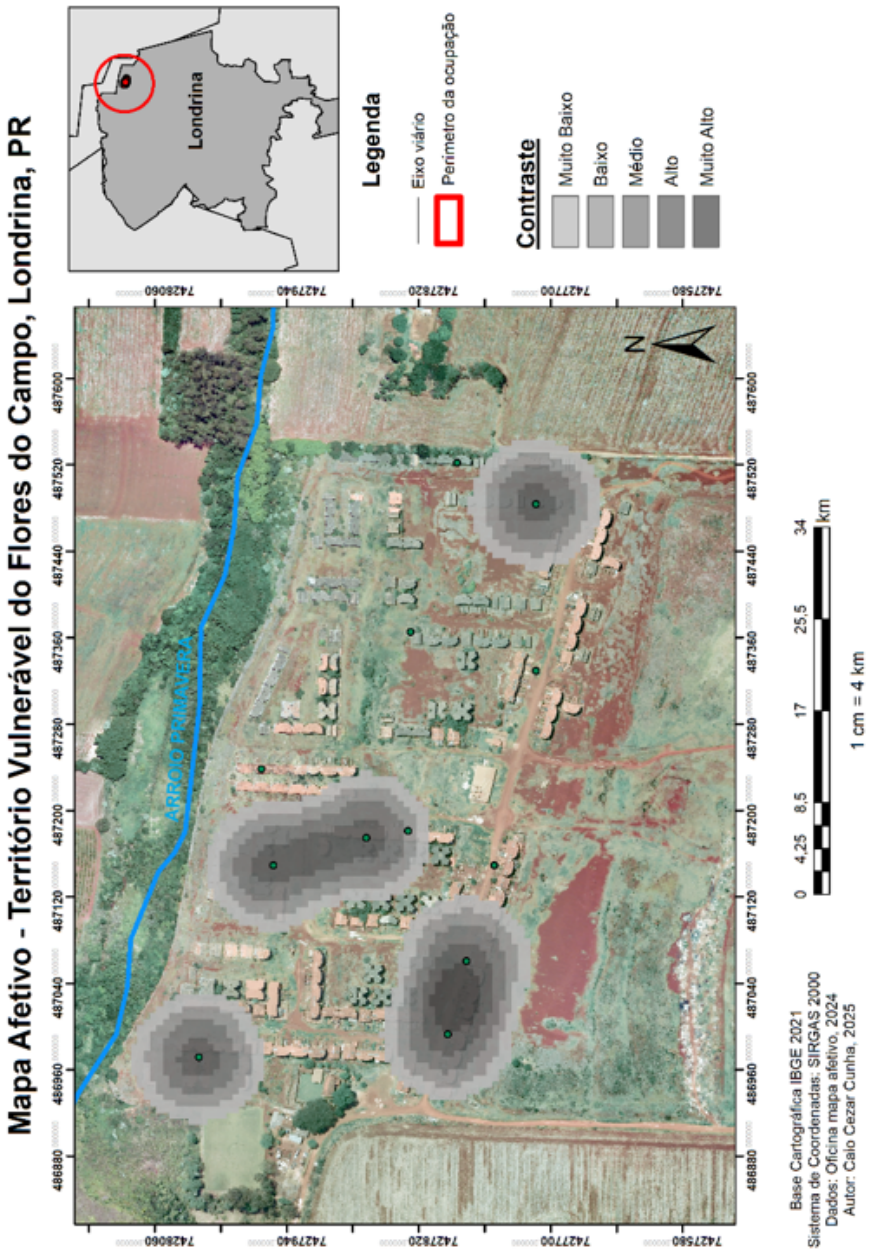


O mapa afetivo de insegurança apresenta núcleos distribuídos em toda a área ocupada, com maior intensidade nas porções centrais e nas áreas periféricas internas do território

A distribuição espacial da insegurança revela que essa percepção constitui uma dimensão estruturante da experiência cotidiana dos moradores, associada às condições nos territórios de moradores predominantemente imigrantes refugiados

A insegurança, nesse contexto, revela aspectos relacionados a escassez de serviços públicos e a incerteza dos vínculos territoriais com as habitações. Constata-se uma condição territorial generalizada em todas áreas do mapa.

Figura 24 – Mapa afetivo Contraste Flores do Campo



As condições de precariedade urbana influenciam diretamente a percepção territorial, produzindo afetos associados à Insegurança e

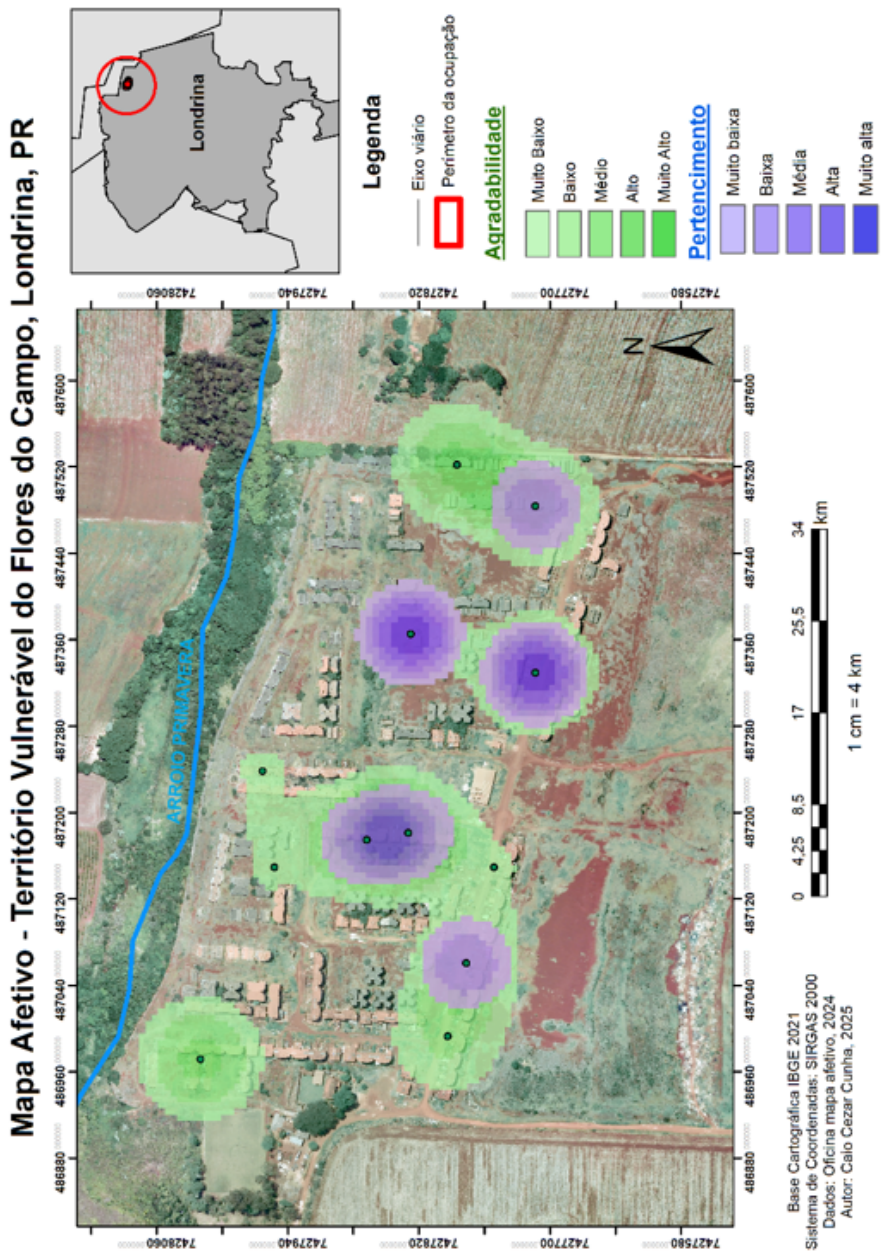
ao Contraste. Ao mesmo tempo, os moradores desenvolvem vínculos significativos com o território, sustentados pelas relações sociais e pela experiência cotidiana.

Essa configuração evidencia que, embora o território apresente poucos aspectos positivos de estimas potencializadoras, ele constitui também um espaço de contradições. A Insegurança, o Pertencimento e a Agradabilidade produzem a percepção do Contraste confirmando que o espaço social da ocupação é atravessado por sentimentos negativos relacionados a vulnerabilidade socioestrutural, mas também sentimentos positivos de pertença que constroem e mantem os vínculos nesse território.

O território Flores do Campo expressa uma territorialidade marcada pelas contradições próprias dos espaços urbanos em condição de vulnerabilidade, nesse caso, somado a especificidade da presença de refugiados neste território, como foi possível perceber na variável Contraste. As limitações estruturais influenciam diretamente a experiência territorial, produzindo percepções associadas à insegurança e à desigualdade socioespacial.

O mapeamento afetivo do Flores do Campo justifica a importância de políticas públicas orientadas por uma compreensão territorial sensível às dimensões objetivas e subjetivas das ocupações, especialmente as que possuem particularidades como as identificadas neste território.

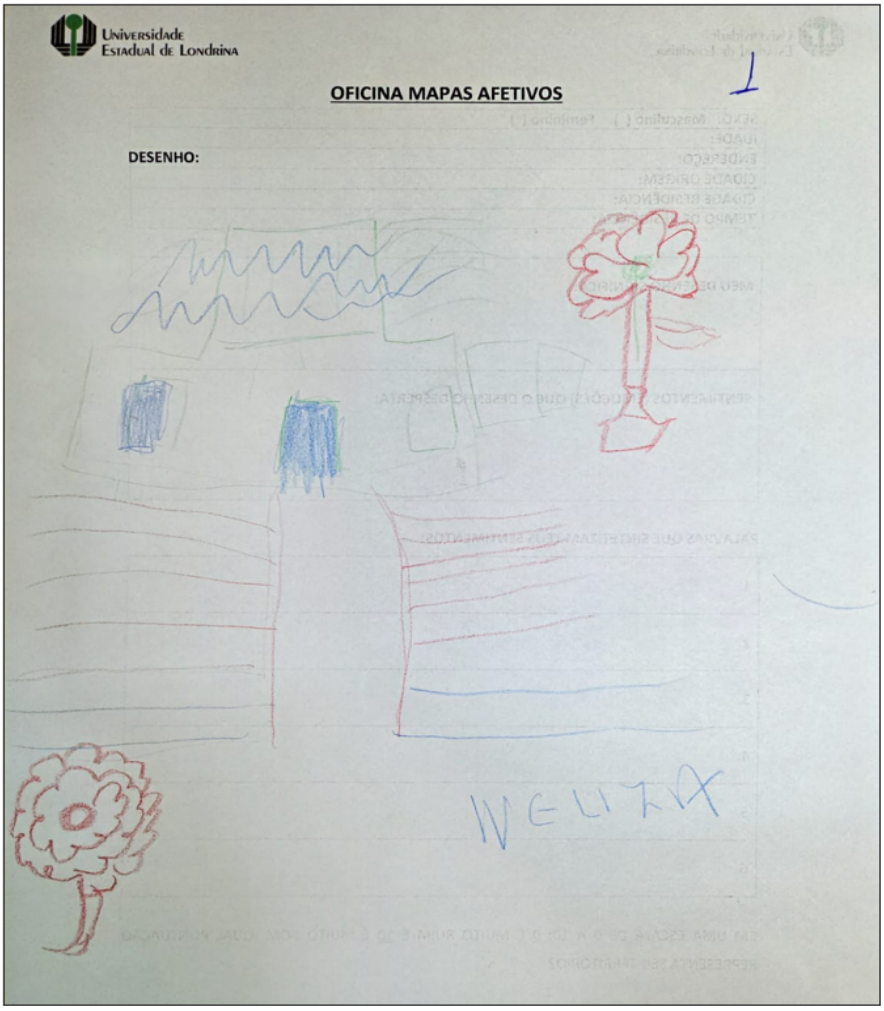
Figura 25 – Mapa afetivo – Agradabilidade / Pertencimento Flores do Campo



A análise integrada dessas duas dimensões revela uma sobreposição significativa entre os núcleos de agradabilidade e pertencimento.

Essa configuração indica que os afetos positivos estão diretamente associados à experiência cotidiana do habitar e às relações sociais estabelecidas no território. O restante dos pontos que não se encontram sobrepostos, na maioria dos casos, relacionam-se a moradores mais recentes no território.

Figura 26 – Desenho participante atividade Flores do Campo



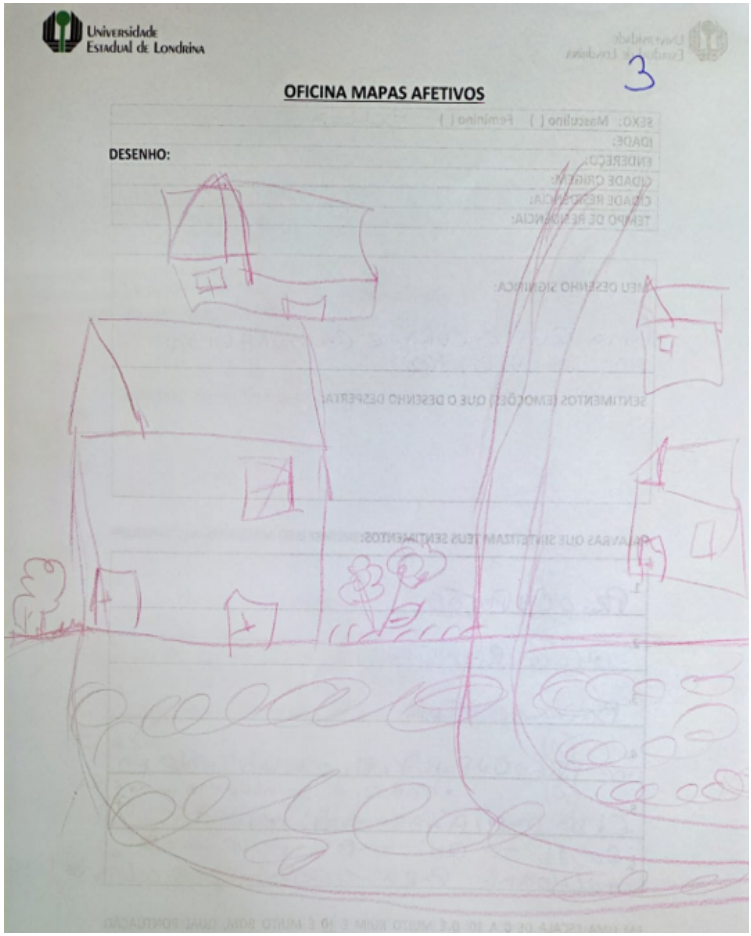
Fonte: Atividade mapas afetivos, 2025

O desenho apresenta uma composição marcada pela representação de uma área residencial, com casas, árvores, espaços livres e uma

via de circulação. A presença de diferentes elementos do entorno demonstra que o participante não restringe sua percepção à moradia, incorporando também aspectos da paisagem cotidiana ao seu desenho.

A casa aparece como um dos principais elementos da representação e, considerando a manifestação do participante sobre a felicidade de simplesmente ter uma moradia, assume um significado que ultrapassa sua dimensão física. A residência é representada como uma conquista e referência de segurança, revelando uma estima positiva associada à possibilidade de possuir um espaço próprio para morar.

Figura 27 – Desenho participante atividade Flores do Campo



Fonte: Atividade mapas afetivos, 2025

O desenho apresenta uma composição centrada na moradia e no espaço da vizinhança, com diferentes casas distribuídas ao longo da via e elementos de vegetação presentes no entorno. A representação sugere uma percepção do território construída a partir da convivência próxima entre as residências, fazendo da vizinhança um componente importante da experiência do habitar.

Apesar da presença de elementos que poderiam indicar um ambiente residencial e de convivência, a manifestação do participante sobre os aspectos negativos da vizinhança atribui à representação uma leitura predominantemente despotencializadora. Entre as palavras elencadas pelo participante, chamou a atenção elementos de insatisfação com a vizinhança, como "barulhos", "agressão" e "confusão". A concentração de diferentes moradias próximas entre si pode ser relacionada à própria experiência das relações de vizinhança, evidenciando que o espaço coletivo também pode constituir fonte de incômodo e insatisfação.

A análise dos mapas afetivos dos territórios três territórios analisados revela a existência de um padrão territorial comum em áreas de ocupação, caracterizado pela presença de vulnerabilidades estruturais e vínculos territoriais consolidados.

A insegurança emerge como um dos principais elementos despotencializadores da estima territorial, associada à precariedade das condições urbanas, fragilidade infraestrutural e percepção de exposição social. Essa dimensão não se apresenta como fenômeno isolado, mas como componente integrado à experiência dos moradores, refletindo a condição de vulnerabilidade socioespacial desses contextos.

A consciência territorial também se manifesta de forma recorrente, evidenciando a percepção de desigualdade e exclusão em relação a outras áreas da cidade. Essa consciência revela o reconhecimento, por parte dos moradores, das limitações estruturais que caracterizam seus espaços de vida em relação a outras áreas da cidade.

Os três territórios apresentam fortes manifestações de pertencimento, indicando a existência de vínculos territoriais significativos construídos a partir da experiência, das relações sociais e da permanência no território. O espaço da moradia assume papel central na construção de afetos potencializadores, constituindo-se como referência de identidade.

A agradabilidade, embora mais pontual, também se associa diretamente à dimensão do habitar e à convivência comunitária, evidenciando a capacidade dos moradores de produzir significados positivos mesmo em contextos adversos.

Por fim, os territórios apresentam uma estima territorial complexa, marcada pela presença simultânea de fatores despotencializadores, relacionados às condições estruturais de vulnerabilidade, e fatores potencializadores, relacionados aos vínculos sociais e territoriais estabelecidos pelos moradores.

O padrão apresentado demonstra que embora as condições objetivas do território influenciem negativamente a experiência territorial, a presença de territorialidades consolidadas constitui um importante elemento de resistência e reprodução social, reforçando a importância da incorporação das dimensões subjetivas na análise e gestão dos territórios vulneráveis.



4. Uma leitura comparativa das territorialidades afetivas

entre vulnerabilidade, pertencimento e resistência

A análise individual dos territórios Nossa Senhora Aparecida, Córrego Sem Dúvida e Flores do Campo permitiu identificar diferentes formas pelas quais os moradores percebem, significam e experienciam os espaços em que vivem. Embora as três ocupações estejam inseridas em contextos de vulnerabilidade socioespacial e compartilhem problemas relacionados à precariedade urbana, à insegurança territorial e às limitações de acesso a serviços e políticas públicas, os mapas afetivos revelam que essas condições não produzem respostas homogêneas.

Ao contrário, a comparação entre os três territórios evidencia que a vulnerabilidade é atravessada por diferentes processos de apropriação, permanência, mobilidade, construção de vínculos e produção de identidades territoriais. Em outras palavras, territórios submetidos a condições estruturais semelhantes podem produzir experiências afetivas distintas, justamente porque os sujeitos constroem relações particulares com o lugar a partir de suas trajetórias, redes sociais, tempo de permanência e expectativas em relação ao futuro.

Nesse sentido, os três casos analisados permitem compreender o território vulnerável para além de sua dimensão material. As condições de infraestrutura, moradia, regularização fundiária, acesso a serviços e equipamentos públicos são fundamentais para a compreensão da vulnerabilidade, mas não são suficientes para explicar a relação dos sujeitos com o espaço vivido. Os mapas afetivos demonstram que o território também é produzido por memórias, relações de vizinhança,

sentimentos de segurança ou insegurança, expectativas, experiências cotidianas e formas de identificação.

Essa constatação é particularmente importante porque, nos três territórios, a presença de sentimentos potencializadores não significa ausência de vulnerabilidade. Do mesmo modo, a existência de sentimentos despotencializadores não representa necessariamente ausência de vínculos territoriais. A relação entre essas dimensões é justamente aquilo que permite compreender a complexidade das territorialidades observadas.

4.1. Entre semelhanças estruturais e diferenças territoriais

A primeira aproximação entre os três territórios está relacionada à própria origem e às condições de sua constituição. Nossa Senhora Aparecida e Córrego Sem Dúvida são apresentados como territórios resultantes de processos históricos de exclusão socioespacial e das dificuldades de acesso da população de baixa renda à moradia formal. Em ambos, a autoconstrução, as redes de solidariedade e as relações comunitárias desempenharam papel importante na consolidação territorial. No caso do Nossa Senhora Aparecida, essas redes aparecem associadas inclusive a vínculos familiares com antigos moradores de outras ocupações, contribuindo para a expansão e permanência territorial.

O Córrego Sem Dúvida acrescenta a essa condição uma dimensão socioambiental particularmente relevante, uma vez que parte da ocupação está localizada em fundo de vale e em Área de Preservação Permanente. A precariedade infraestrutural, a insegurança fundiária e a inserção de muitas famílias no mercado de trabalho informal convivem, entretanto, com redes de solidariedade, cooperação e pertencimento.

O Flores do Campo, por sua vez, apresenta uma trajetória diferenciada. Sua origem está relacionada à ocupação de um empreendimento habitacional abandonado, originalmente destinado à produção de unidades do Programa Minha Casa Minha Vida. A ocupação adquiriu grande dimensão populacional e passou a ser marcada também pela presença expressiva de população migrante, especialmente haitianos e venezuelanos. A condição migrante acrescenta novas camadas à vulne-

rabilidade territorial, relacionadas à instabilidade laboral, subemprego, discriminação, dificuldades documentais, barreiras burocráticas e acesso desigual às políticas públicas.

Assim, ainda que os três territórios possam ser compreendidos dentro de um mesmo quadro mais amplo de vulnerabilidade urbana, não se trata de territórios equivalentes. Cada um possui uma trajetória de constituição, uma temporalidade e uma composição social que interferem diretamente na maneira como os moradores estabelecem vínculos com o espaço.

Essa diferença torna-se particularmente evidente quando observamos conjuntamente as quatro dimensões utilizadas na análise afetiva.

4.2. Agradabilidade: a experiência positiva do território não se distribui da mesma maneira

Entre os três territórios, Nossa Senhora Aparecida apresenta a expressão mais consolidada dos afetos positivos associados ao lugar. Os núcleos de agradabilidade aparecem distribuídos no território e relacionados principalmente às áreas residenciais consolidadas pelo tempo de existência. As palavras-síntese identificadas — como esperança, felicidade, alegria, satisfação, conquista, calma e tranquilidade — revelam a existência de espaços de proteção simbólica e emocional construídos no cotidiano.

No Córrego Sem Dúvida, a agradabilidade também aparece associada à experiência cotidiana do habitar e às relações sociais. Entretanto, a especificidade desse território está no fato de que os afetos positivos aparecem frequentemente relacionados à conquista de condições mínimas de segurança e infraestrutura. As palavras "segurança", "conquista", "felicidade", "apoio" e "esperança" revelam que a percepção positiva não está dissociada da própria luta pela permanência e pela melhoria das condições de vida.

O Flores do Campo apresenta uma situação distinta. Os pontos de agradabilidade aparecem distribuídos no território, porém com menor frequência. Essa baixa frequência não deve ser interpretada como inexistência de lugares agradáveis, mas como expressão de uma relação territorial atravessada pela instabilidade. A constante rotatividade dos

moradores e a mudança recorrente das famílias que ocupam as moradias dificultam a consolidação de referências afetivas compartilhadas. Essa condição é intensificada pela presença de moradores migrantes, cuja inserção territorial é atravessada por dificuldades relacionadas ao trabalho, documentação, acesso às políticas públicas e adaptação a um novo espaço de vida.

Essa diferença destacada na (figura 3) é importante para nossa análise comparativa pois a agradabilidade não deve ser confundida com estabilidade territorial. Um território pode apresentar experiências agradáveis mesmo quando os vínculos ainda estão em processo de consolidação. No Flores do Campo, portanto, a baixa frequência não significa necessariamente baixa agradabilidade; significa, antes, que os afetos positivos ainda encontram dificuldade para se transformar em referências territoriais amplamente compartilhadas. Temos, assim, três situações distintas:

Quadro 3: análise comparativa (Agradabilidade)

Nossa Senhora Aparecida	**Córrego Sem Dúvida**	**Flores do Campo**
agradabilidade associada à consolidação residencial e comunitária;	agradabilidade associada ao habitar, às relações sociais e às conquistas territoriais;	agradabilidade pontual e menos frequente, atravessada pela instabilidade e pela rotatividade dos moradores.

Fonte: Elaboração do autor, 2026

Essa distinção demonstra que a dimensão temporal do território é fundamental para compreender os afetos. Quanto mais consolidadas as experiências de permanência, maior a possibilidade de transformação do espaço vivido em referência afetiva compartilhada.

4.3. Pertencimento: o elemento que mais aproxima os três territórios

Se a agradabilidade apresenta diferenças importantes entre as ocupações, o pertencimento constitui uma das dimensões que mais aproximam os três territórios.

Em Nossa Senhora Aparecida, o pertencimento aparece fortemente associado às ideias de casa, lugar, raízes, família, amizade, vizinhança, comunidade, união, história, memória, convivência e acolhimento. Os núcleos de maior intensidade concentram-se principalmente nas áreas onde a experiência territorial se encontra mais consolidada.

No Córrego Sem Dúvida, o pertencimento também apresenta maior intensidade nas áreas residenciais mais antigas, revelando que a experiência cotidiana e as relações sociais constituem elementos fundamentais para a construção dos vínculos territoriais. O território passa a ser percebido além de espaço físico de moradia, para também se tornar o espaço de relações e reprodução da vida cotidiana.

No Flores do Campo, embora um número menor de moradores tenha indicado essa dimensão, os pontos identificados apresentam elevada frequência afetiva. O dado é particularmente significativo porque os núcleos de maior pertencimento estão relacionados aos moradores mais antigos, justamente aqueles que tiveram maior possibilidade de construir relações sociais e referências territoriais mais sólidas. Essa convergência permite formular uma das principais interpretações comparativas desta pesquisa: o pertencimento parece depender menos das condições materiais objetivas do território do que da possibilidade de construir experiências continuadas de vida, relações sociais e reconhecimento do lugar como espaço próprio.

É nesse ponto que a dimensão temporal se torna novamente central. Nossa Senhora Aparecida e Córrego Sem Dúvida apresentam vínculos territoriais mais distribuídos e consolidados, enquanto no Flores do Campo esses vínculos aparecem de maneira mais pontual e associados sobretudo aos moradores com maior tempo de permanência.

O pertencimento, portanto, não elimina a vulnerabilidade. Ele produz outra dimensão da experiência territorial.

Os três casos demonstram que é possível viver em um território vulnerável e, simultaneamente, reconhecê-lo como lugar de pertencimento, identidade e reprodução da vida. Essa constatação desloca a análise de uma visão exclusivamente deficitária da ocupação para uma compreensão capaz de reconhecer os sujeitos como produtores de território.

4.4. Insegurança: uma dimensão estrutural comum

Ao contrário da agradabilidade, a insegurança apresenta nos três territórios uma distribuição mais ampla e uma relação direta com as condições estruturais de vulnerabilidade.

Na ocupação Nossa Senhora Aparecida, os núcleos de insegurança aparecem distribuídos pelo território, com concentrações na área central e em setores periféricos internos. A distribuição difusa indica que a insegurança não está associada exclusivamente a um ponto específico, mas constitui uma dimensão estrutural da experiência cotidiana. As manifestações identificadas incluem dor, dificuldades, insatisfação, indignação, revolta, aflição, medo e angústia.

No Córrego Sem Dúvida, a insegurança também se apresenta como dimensão estruturante, com maior intensidade nas áreas de encosta do córrego e na porção sudeste. Nesse caso, aparecem sentimentos como insatisfação, violência, dificuldade, destruição e medo.

No Flores do Campo, entretanto, a insegurança ganha uma dimensão adicional. Além das precariedades urbanas e da escassez de serviços públicos, ela está diretamente associada à incerteza dos vínculos territoriais com as habitações e às condições específicas de uma população composta significativamente por migrantes e refugiados. A insegurança aparece, portanto, como experiência territorial generalizada.

Nesse sentido, podemos reconhecer uma espécie de continuidade estrutural entre os três territórios indicados na (Quadro 04) mas com diferentes conteúdos sociais.

Quadro 04: Análise comparativa (Insegurança)

Nossa Senhora Aparecida	Córrego Sem Dúvida	Flores do Campo
A insegurança está fortemente relacionada às condições de precariedade e à necessidade de consolidação territorial.	Incorpora dimensões socioambientais e territoriais associadas à localização da ocupação.	Instabilidade habitacional e a dificuldade de construção de vínculos territoriais duradouros

Fonte: Elaboração do autor, 2026

Assim, a insegurança constitui uma dimensão comum, mas não é vivenciada da mesma maneira em todos os territórios.

4.5. O contraste como síntese da própria condição territorial

Na categoria Contraste as diferenças e aproximações entre os três territórios tornam-se mais evidentes. O contraste não representa um quarto sentimento, essa categoria surge da coexistência de respostas potencializadoras e despotencializadoras. Uma mesma pessoa pode, por exemplo, manifestar agradabilidade em relação ao território e, simultaneamente, insegurança diante das condições em que vive. Por isso, a categoria permite observar a sobreposição entre as diferentes dimensões afetivas.

Nos três territórios, essa sobreposição revela uma questão fundamental: o território vulnerável é simultaneamente espaço de proteção e ameaça, de pertencimento e insegurança, de satisfação e insatisfação, de permanência e instabilidade.

Na ocupação Nossa Senhora Aparecida, o contraste expressa principalmente a coexistência entre vínculos identitários consolidados e condições estruturais de precariedade. O território apresenta forte

pertencimento, mas esse pertencimento convive com insegurança e desigualdade.

No Córrego Sem Dúvida, o contraste evidencia de maneira particularmente clara a sobreposição espacial entre pertencimento e insegurança. O território é simultaneamente percebido como espaço de vulnerabilidade e espaço de identidade, sendo o pertencimento um dos elementos que sustentam a permanência dos moradores.

No Flores do Campo, entretanto, o contraste assume uma complexidade adicional. A presença de moradores migrantes e refugiados, a instabilidade das moradias e a rotatividade territorial introduzem uma dimensão de mobilidade e incerteza que diferencia essa ocupação das demais. A precariedade urbana e a insegurança convivem com processos de organização comunitária, solidariedade e construção de identidade coletiva.

4.6. Três territórios, três temporalidades de construção territorial

Essa diferença permite compreender que o território é lugar das relações sociais bem como resultado do tempo necessário para que essas relações se consolidem espacialmente e afetivamente. No quadro 05 é possível avaliar de forma sistematizada os contextos a partir das dimensões de análise com os territórios.

Quadro 05 – Dimensão de análise e territórios

Dimensão	Nossa Senhora Aparecida	Córrego Sem Dúvida	Flores do Campo
Agradabilidade	Mais distribuída e associada à consolidação residencial	Associada ao habitar, relações sociais e conquistas	Pontual e de menor frequência
Pertencimento	Forte e territorialmente consolidado	Forte, sobretudo nas áreas antigas	Menor número de ocorrências, mas alta intensidade em moradores antigos
Insegurança	Estrutural e difusa	Estrutural, com destaque para áreas de encosta	Generalizada e associada também à instabilidade habitacional
Contraste	Vulnerabilidade × identidade	Vulnerabilidade × pertencimento	Vulnerabilidade × pertencimento × mobilidade/condição migrante
Temporalidade	Maior consolidação	Consolidação progressiva	Maior instabilidade e rotatividade
Força potencializadora	Pertencimento e redes comunitárias	Pertencimento e cooperação	Redes de solidariedade e vínculos dos moradores antigos
Elemento despotencializador	Precariedade e insegurança	Vulnerabilidade socioambiental e insegurança	Instabilidade territorial, precariedade e insegurança
Especificidade	Forte enraizamento territorial	Relação entre vulnerabilidade social e ambiental	Presença migrante e elevada mobilidade residencial

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026

Os três casos podem ser pensados como diferentes configurações de uma mesma problemática. Essa leitura não estabelece uma hierarquia entre os territórios, mas evidencia diferentes processos de territorialização que são essenciais para interpretar mais conscientemente os espaços de vida e promover os processos de tomada de decisão com mais efetividade.

É possível interpretar que os mapas revelam territórios contraditórios, nos quais os afetos potencializadores e despotencializadores

coexistem e se sobrepõem. Essa condição não deve ser compreendida como uma fragilidade metodológica ou como uma inconsistência das respostas. Ela constitui justamente uma das características fundamentais da experiência territorial.

O morador pode gostar do lugar e desejar sua transformação. Pode sentir medo e, ainda assim, desejar permanecer. Pode reconhecer a precariedade e, simultaneamente, identificar sua casa, sua família, seus vizinhos e sua história naquele território. É nessa complexidade que o conceito de território ganha sua dimensão mais concreta, pois o território não é apenas aquilo que possui. É também aquilo que significa. E é por esse motivo que a gestão das políticas públicas sociais precisa considerar, além das carências materiais e dos indicadores objetivos, os vínculos, as memórias, os conflitos, as expectativas e as formas de apropriação produzidas pelos sujeitos.

Os três territórios demonstram que políticas públicas territorialmente orientadas não devem partir apenas da pergunta "o que falta nesse território?", mas também de outras questões: "o que esse território representa para quem nele vive?", "quais vínculos precisam ser preservados?", "quais relações podem ser fortalecidas?" e "quais condições reduzem ou ampliam a potência de agir de seus moradores?"

O mapeamento afetivo, nesse sentido, não substitui os diagnósticos socioeconômicos, ambientais ou demográficos. Ele os complementa, permitindo que a dimensão subjetiva da experiência territorial seja incorporada ao diagnóstico e à gestão.

Ao colocar em diálogo os três territórios estudados, evidencia-se que compreender a vulnerabilidade exige reconhecer simultaneamente a carência e a potência, a insegurança e o pertencimento, a precariedade e a capacidade de resistência.

É nesse encontro entre essas dimensões que avalia a principal contribuição desta pesquisa: demonstrar que os territórios vulneráveis não são espaços vazios de potência, mas territórios onde a potência está sendo continuamente produzida, disputada e reconstruída pelas pessoas que os vivem.

5. CONCLUIR PARA CONTINUAR

Sem o objetivo de apontar conclusões definitivas a respeito de todos os temas abordados por nós ao longo deste livro, podemos sintetizar algumas ideias em torno do que procuramos desenvolver e alguns pontos que consideramos relevantes para dar continuidade a essa forma de investigação.

Confirmamos que a desigualdade social é um fenômeno identificável espacialmente e ocorre segundo a própria produção do espaço em suas territorialidades, reproduzindo a discrepância e contrastes dos contextos espaciais. Pensar o território e suas fragilidades no sentido das políticas públicas de Assistência Social implica em atentar às diversas dimensões que reduzem os sujeitos a simples receptores, perdendo toda potência que ele possa vir a oferecer para subsidiar a gestão e realizar as tomadas de decisão. Por esse motivo, entendemos que essas pautas devem constar nas agendas de pesquisa de serviço social, psicologia e geografia, entre outras áreas que nos permitam elaborar abordagens multidimensionais.

A discussão de território, práxis e desenvolvimento territorial, bem como a instrumentalização deles por meio de medidas de extensão interdisciplinar e cooperada com setores públicos é urgente nas grades da graduação e pós-graduação no país, pois vemos essas medidas como uma alavanca na produção de conhecimento e ciência aplicada em

contextos reais, o que gera aprimoramento das técnicas e atualização cultural e operacional das esferas públicas como um todo.

Entendemos que as pesquisas científicas devem incorporar a participação popular e estar integrada com as organizações populares a fim de considerar os sujeitos mais do que beneficiários passivos de seus resultados, mas como as mulheres e os homens cuja participação efetiva e crítica atribui maior sentido a essas investigações. A pesquisa não é popular porque os pesquisados participam, mas porque a própria pesquisa se projeta e desdobra por meio da participação dessas pessoas no que objetiva despertar ferramentas mais subjetivas e sensíveis às particularidades da população.

A cartografia popular desenvolvida aqui não é finalística, pois a pesquisa e ação pressupõe uma articulação constante nos contextos sociais pesquisados para se fazer presente e estar em sintonia com as demandas da população. Sendo assim, é impossível negar o sentido político, e não somente técnico, do mapeamento afetivo dos territórios – como qualquer outro mapeamento. O mapa não é apenas um repositório de dados, é um instrumento político e sua utilização pode ter fins diversos, voltados tanto para a dominação vertical – de cima para baixo –, quanto na horizontal, pautadas em ações ativistas que atuam na garantia e promoção dos direitos.

Podemos constatar que nossa pesquisa concretiza caminhos metodológicos que resultaram outras ferramentas de compreender os territórios de vida por meio das expressões singulares do conhecimento popular que procuramos investigar e, com isso, possibilitamos meios de transportar a subjetividade dessas informações em mapeamentos e categorizações que viabilizaram a visualização mais tangível do órgão gestor responsável. Isso possibilita uma melhor compreensão da heterogeneidade dos territórios por meio das falas de seus próprios produtores, buscando revelar seu protagonismo e conquistar aos poucos a emancipação. Nossos resultados podem ser utilizados para facilitar a compreensão dos contextos de vida pela gestão dos órgãos públicos e abrem outras possibilidades de investigação com a cartografia social.

A política pública é um instrumento capaz de mudar o cenário desagradável que presenciamos cotidianamente em nosso país. Mesmo sendo um desafio se apropriar de novas ferramentas que comple-

mentam e auxiliam a leitura territorial, é urgente incorporarmos novas metodologias. A política pública de Assistência Social, agindo de modo estratégico e em conjunto com a população, pode alcançar materiais de alta relevância e que pautam em resultados mais condizentes com a realidade de seu público, contraindo formas complementares de pesquisa no que se refere ao levantamento de dados e novas formas de ação, pautados num fluxo contínuo de gerar informações mais dinâmicas e concretas de seus territórios e localidades específicas. É com essa questão que acreditamos no poder das políticas sociais e nas ferramentas que dela podem surgir, pois existem métodos a serem explorados e que podem viabilizar uma reforma social que, além de elevar, possibilita a expressão dos desassistidos, subalternos e invisíveis.

O presente livro objetivou abrir a oportunidade de manipulação dos dados e informações territoriais para complementar os diagnósticos já realizados pela Assistência Social. Essa nova possibilidade procurou gerar informações mais subjetivas e qualitativas da população por meio de suas próprias manifestações afetivas em relação ao seu território. A ferramenta de desvelar os afetos sociais objetivou agregar o fator localização para compreender não apenas o perfil da população, mas saber a abrangência e onde essas expressões estão ocorrendo com a finalidade de compor os diagnósticos socioterritoriais realizados pelos serviços sociais regulados por Lei e um dos principais instrumentos produzidos pela Vigilância Socioassistencial.

Compreendemos que o instrumento utilizado deflagrou a representação dos sujeitos e permitiu a construção de mapas afetivos agregados ao fator localização. Criou interações do investigador com os profissionais responsáveis pelos serviços e com a população pesquisada, que serviu para subsidiar as análises e interpretações dos campos trabalhados. As representações cartográficas alcançadas puderam mostrar elementos que antes não conseguíamos visualizar, as representações espaciais pautadas em dados qualitativos e que mensuram os afetos da população puderam abrir uma nova oportunidade de manipulação dos dados cartográficos e servir para aprofundar interpretações socioespaciais. Quando utilizada a metodologia apresentada e confrontados os dados de diferentes territórios entre si, demonstra diversas possibilidades e cenários de análise. Quando confrontados com informações objetivas

de institutos de pesquisa ou de tabelas e sistemas próprios, cria possibilidades de avaliação da efetividade dos serviços já presentes nos territórios, bem como suas características e tipologia dos atendimentos.

Por fim, podemos relacionar essas conquistas como o princípio de uma nova etapa – considerando o histórico de pesquisas na Assistência Social – na elaboração de ferramentas e na obtenção de dados quanti-qualitativos subsidiados por instrumentos estruturados de pesquisa. Com essa noção de continuidade e aperfeiçoamento, não só dos sistemas de informação, mas da valorização do trabalho do profissional e do reconhecimento da população como detentora do conhecimento de causa, compreendemos a necessidade de aprimorar e expandir essas técnicas que nos enuncia a perspectiva de compreensão mais real dos contextos de vida.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.

ALVES, A.; SOUZA, M. Dados sobre a Ocupação Nossa Senhora Aparecida, citados em: As ocupações urbanas irregulares como marcas do planejamento e da gestão urbana em Londrina (PR). **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 12, n. 37, 2024.

ALVES, Jolinda de Moraes. **História da Assistência Social aos pobres em Londrina**: 1940 – 1980 / Jolinda de Moraes Alves. Assis, 2002. 544f.: il

ANDRADE, M. O metodologismo e desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro: 1946 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ANTONELLO, I. T.; DAVI, A. N. O espaço vivido das famílias da ocupação do Córrego Sem-Dúvida – Londrina/Paraná. In: MAGNONI JUNIOR, L. et al. (org.). **Ensino de Geografia e a redução do risco de desas-**

tres em espaços urbanos e rurais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2022.

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: UNB, 1985.

ARROYO, M. M. **A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano.** In: CARLOS, Ana Fani (Org.). Ensaios de geografia contemporânea – Milton Santos: obra revisitada. SP: Hucitec, 1996. p. 55-62.

BARDAGI, M. P.; BOFF, R. Autoconceito, autoeficácia profissional e comportamento exploratório em universitários concluintes. **Avaliação**, v. 15, n. 1, p. 41-56, 2010.

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo**. Fortaleza: UFC, 2010.

BOMFIM, Z. A. C. et al. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: MIRA, R. G.; DUMITRU, A. (Ed.). **Urban Sustainability:** innovative spaces, vulnerabilities and opportunities. Coruña: Institute of Psychosocial Studies and Research "Xoan Vicente Viqueira", 2014. p. 131-148.

BOMFIM, Z. A. C. et al. Estima de lugar e indicadores afetivos: aportes da Psicologia Ambiental e Social para a compreensão da vulnerabilidade social juvenil em Fortaleza. In: COLAÇO, V. F. R.; CORDEIRO, A. C. F. (Org.). **Adolescência e juventude:** conhecer para proteger. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 317-341.

BOSCARI, M. SILVA, F. **A trajetória da assistência social até se efetivar como política pública** / RIES, Caçador, v.4, n.1, p. 108-127, 2015.

BOURDIEU, Pierre, **Razões práticas sobre a teoria da ação**/ Pierre Bourdieu: Tradução: Mariza Corrêa - Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.

BRASIL, **Curso de atualização em vigilância sociassistencial do SUAS**. – Brasília, DF: MDSA, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Orientações técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS** / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. Ed. – Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria (MDS), **Norma Operacional Básica NOB-SUAS**. Brasília, DF, 2012.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BUARQUE, C. **Na fronteira do futuro: (o projeto UnB).** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

BUARQUE, C. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa.** Colaboração de Aldo Paviani [et al.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BUARQUE, C. **Uma Ideia de Universidade**, Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1986.

BUSSO, G. Vulnerabilidad social: nociones e implicâncias de politicas para Latinoamerica a inícios Del siglo XXI. **Seminário Internacional "Las diferentes expresiones de la vulnerabilidade social em América Latina y el Caribe"**. Comisión Econômica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Santiago de Chile, 20 y 21 de junio de 2001.

CAPELLA. Ana Claudia. **Formulação de políticas públicas** / Brasília: Enap, 2018.

CASTRO, I. E. **O problema da escala**. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.117-40.

CIGOLINI, A. A.**)** Território e criação de municípios: o significado teórico-político da compartimentação do espaço. **RA´E GA 25**, Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR p. 111-133. 2012.

CUNHA, C. C.; ANTONELLO, I. T. O lugar da Vigilância Socioassistencial na trajetória da política de Assistência Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, V. 23, N. 1, p 41-58. Jul./set.,2020b.

CUNHA, C. C.; ANTONELLO, I. T. Território: Uma estratégia às políticas sociais. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 36, 2020a. 1-15 p.

CUNHA, C. C.; MUSTAFA, S. Breve histórico da evolução do sistema de informações geográficas na política de Assistência Social. In: **I Con-**

gresso Internacional De Política Social E Serviço Social: Desafios Contemporâneos, II Seminário de Território E Gestão De Políticas Sociais E I Congresso De Direito À Cidade E Justiça Ambiental, 2015, p. 1-12.

CUNHA, C. C.; MUSTAFA, S.; ALVES, J. M. Potencialidades da Leitura Territorial Através Da Vigilância Socioassistencial. In: **1° Colóquio Internacional de Políticas Sociais - Multiterritorialidades e os desafios para a gestão da proteção social**, 2016, João Pessoa, PB. 1° Colóquio Internacional de Políticas Sociais - Multiterritorialidades e os desafios para a gestão da proteção social, 2016, p. 59 - 71.

CUNHA, Caio Cezar. **Proposta de readequação da abrangência territorial dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Londrina-PR. 2014**. 39 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

CUNHA, Caio Cezar. **Território e ciência popular como pressupostos para elaboração e gestão das políticas públicas sociais.** 2022. 193 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

CUNHA, Caio Cezar. **Vigilância socioassistencial e informação geográfica no município de Londrina - PR**. 2018. 115 p. Dissertação – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 1Ş ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1999.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Le metafore dela terra. La geografia umana tra mito e scienza**. Milano: Feltrinelli, 1985.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Possibilità e limiti dello sviluppo locale, Sviluppo locale**, I, I, Firenze, 1994, p. 10 -30.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Progetto implícito. Il contributo dela geografia umana alle scienze del território**. Milano: Angeli, 1995.

DEMATTEIS, Giuseppe. Zeus, le ossa del bue e la verità degli aranci. Biforcazioni geografiche, **Rivista dell'Associazione Italiana Insegnanti di Geografia**, anno LIII, serie VIII, n.3-4, 2008.

DU BOIS, W. E. B. (1904) **The Souls of the Black Folk** (Nova Iorque: Vintage Books). 1970.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo**.** In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Para uma ética de la liberación latino-americana**. México, siglo XXI editores, Ed, 2014 [1973].

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade.** Tese de Doutorado em Economia. Campinas, SP: IE/ UNICAMP, 2005.

FALS BORDA, O. **Conocimiento y poder popular: Lecciones con campesinos de Nicaragua**, México, Colombia. Bogotá: Punta de Lanza; Siglo xxi Editores. 1985.

FALS BORDA, Orlando. **Investigacion participativa y praxis rural: nuevos conceptos en educación y desarrollo comunal**. Mosca azul editores, 1981.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de como investigar la realidad para transformala**. Sirnposio Internacional de Cartagena**, vol. I, pp. 209-249, 1978.

FERNANDES. Antonio S. A. "Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social". In: DANTAS, Humberto e JUNIOR,

José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus,, 2007,. 1-13.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. Tradução Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis, RJ :Vozes, 2008 [1984.]

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 3ª.ed. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].

FURLANI, D. D.; BOMFIM, Z. A. C. Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos **Psicologia & Sociedade**, 22 (1): 50-59, 2010.

GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante.** 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GERMANO, I. P. Pontos de Vista, Metáforas, Ironias e as Transformações da Imaginação Sociológica. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, v. 19, n 1-2, jan/dez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade [online]**. 2004, v. 13, n.

2 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dGnqs6Q5RZbKgTNn54RRBNG/?lang=pt#ModalArticles> Acessado em 13/07/2026.

GOMES, T. M. **A disputa pela terra e a negação do direito à moradia: o caso da Ocupação "Aparecidinha" em Londrina/PR**. Geografia (Londrina), v. 30, n. 2, p. 27-47, 2021.

GOTTMANN, Jean. **The significance of the territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.
GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas ruma a uma esquerda transmoderna descolonial. Dossiê Saberes Subalternos. Contemporânea, **Revista de Sociologia da UFSCar,** v.2, 2012.

HEGEL, Friedrich**. Fenomenologia do espírito**. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: USF, 2002.

JAGUARIBE, Hélio et al. Brasil 2000: **Para um novo pacto social**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

KAWAMOTO, M. T. **Análise de técnicas de distribuição espacial com padrões pontuais e aplicação a dados de acidentes de trânsito e a dados de dengue de Rio Claro–SP.** 69 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Botucatu: Botucatu, SP, 2012.

KOGA, Dirce. **Medidas das Cidades – entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: CORTEZ, 2003.

KOGA, Dirce. Sentidos territoriais e os trabalhadores da Política de Assistência Social: Dinâmicas e Práticas entre chãos e gestão. In: RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida; PASTOR, Márcia

(organizadora). **Gestão de políticas sociais: território usado, intersetorialidade e participação** – Londrina: Eduel, 2017, p. 176 – 202.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. ed. 250 p. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua: um fator de evolução** / Piotr Kropotkin; tradução Waldyr Azevedo Jr. — São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KROPOTKIN, P. Fields, **factories and workshops.** 2002 [1898].

LAKOFF, G. **Metáforas de la vida cotidiana.** Madri: Catedra, 1980.

LAMOUNIER, Bolívar. **Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de referência**. Mimeo. São Paulo, s.d.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Tradução: Grupo "As (im) possibilidades dourbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original:La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Editions Anthropos, 2000.

LOWI, Theodor. **American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory**, World Politics, 16: 677-715. 1964.

LURIA, Alexander Romanovich. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Pontes, 1997.

MALDONADO- -TORRES, Nelson. "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto". In: Santiago CASTRO -GÓ-

MEZ; Ramón GROSFOGUEL (orgs.). **El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana–Siglo del Hombre, 2007, pp.127-67.

MARIN, José. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, 2009.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. / Karl Marx ; tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: **Boitempo** Editorial, 2013.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2005.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino--americanas.** Buenos Aires. CLACSO, 2005.

MILWARD-DE-AZEVEDO, Julianne Alvim. Seguridade Social no Brasil: um exame de sua reconfiguração pós Constituição de 1988 até o segundo governo FHC. 2011. 25p Morais, H. A. de. **Revista Brasileira de Geografia Física** v.11, n.01 (2018) 206-222.

MOURA, A. C. M. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**/ Ana clara Mourão Moura. – Belo Horizonte: Ed. da autora, 2003.

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.**

OLIVEIRA, A. P. S.; DAVI, A. N.; ANTONELLO, I. T. Atores que produzem e moldam o espaço urbano: a autoconstrução como expressão do saber popular na ocupação do Córrego Sem Dúvida em Londrina (Paraná, Brasil). **Geographia Opportuno Tempore,** Londrina, v. 6, n. 2, p. 24-42, 2020/2021.

OLIVEIRA, N. A. S. A educação ambiental e a percepção fenomenológica, através de Mapas Mentais, **Revista eletrônica mestrado Educação Ambiental**, v. 16, jan/jun, 2006.

PARANÁ, Conceitos da vigilância socioassistencial. Coordenação da Gestão do SUAS. Nº 01, Curitiba, Paraná, 2014.

PASSOS, I.C., CÔRTES, S.V. **Assistência Social no Brasil durante a ditadura militar: benefícios e beneficiários**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes,** v. 24, n. 01 e 02, p. 10–22, 2005.

PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H.; GUZZO, R. S. L. Psicologia Ambiental: área emergente ou referencial para um futuro sustentável? In: GÜNTHER, H.; PINHEIRO, J. Q.; GUZZO, R. S. L. (Org.). **Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2014. p. 5-13.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no **Diário Oficial da União** – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

QUAINI, Massimo. Riflessioni post-marxiste sul fantasma di geografía democrática. In: DANSERO, E.; DI MEGLIO, G.; DONINI, E. e GOVERNA, F. (Org.). **Geografia, societá, politica: la ricerca in geografia come impegno sociale.** Milano: Franco Angeli, 2007. p. 241 - 254.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernindad/racionalidade. **Revista Perú Indígena.** 13(29): 11-20, 1992 RJ: Vozes, 1999.
RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **Repères pour une théorie de la territorialité humaine.** In: Réseaux Territoriaux. Caen: Paradigme, 1988. p. 263-279.

RIBEIRO, Ana Clara. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano, In.: Poggiese, Héctor y Egler, Tamara Tania Cohen (org.) **Otro desarrollo urbano : ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática.** Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009. p. 147-156. Disponível: < em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/14torres.pdf>

RIBEIRO, Ana Clara. Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico: por uma carografia da ação. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 08, n.1 pgs. 03-12. 2012.

ROGERS, Carl. **Tornar - Se Pessoa**. [S.l.]: Martins Fontes, 1961.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS FILHO, J. C. dos. Crises da universidade e responsabilidade social. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 211–226, 2016. DOI: 10.22348/riesup.v1i2.7434. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650531. Acesso em: 05de mar. 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do discurso único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, J. S. "**Questão Social": Particularidades no Brasil. Brasil**: Cortez Editora, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial** / Marcos Aurélio Saquet. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SAQUET, Marcos. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Ano 10, v.2, n.18, 2° semestre de 2008. p. 24-42.

SAQUET, Marcos. **O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento**. IGepec, Toledo v.23, p. 25-39, 2019a.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2001.

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial** / Marcos Aurélio Saquet. – 2.Ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de janeiro: Consequência, 2019b.

SAWAIA, Bader, B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana Rojas & VITALE, Maria Amalia F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas.** 5ª ed . São Paulo: Cortez; Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais PUC SP, 2010. p. 39- 50.

SAWAIA, Bader, B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e Sociedade,** *Online* v. 21,n. 3. p. 364 –372, 2009.

SOUZA FILHO, Osmar Fabiano de; MARCOLIN, Nathalia Moraes; VEIGA, Léia Aparecida. Pré-Conferências Municipais de Habitação em Londrina e o Direito à Cidade: a participação dos moradores do Flores do Campo. **Serviço Social em Revista,** [S. l.], v. 29, n. 2, p. e53521, 2026.

SOUSA Jr, J. G. et al. O **Direito Achado na Rua Introdução crítica ao direito urbanístico** [recurso eletrônico] / organizadoras e organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.]. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2019. 49 6 p. – (O direito achado na rua ; ed.9).

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Epistemologias do sul.** Org Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – CES, Coimbra, 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo**,** 2007.

SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18(51). 2003.

SOUZA, C. L. **Cognição ambiental e as relações: mapas cognitivos, Ambiente Construído & APO**. Textos do laboratório de Psicologia Ambiental, 1995, vol 4, n° 8. Instituto de Psicologia/ Universidade de Brasília.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**.** *In.* HOCGMAN, G. ARRETCHE, M., and MARQUES, E., orgs. **Politicas** públicas no Brasil [online] Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, 398 p.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16. 2006.

SOUZA, Marcelle, D. A consolidação da política de assistência social em Londrina-PR. **Serviço Social em Revista**. Universidade Estadual de Londrina, v.8, n.2, 2006.

SOUZA, Marcelo L. de. **Por uma geografia libertária/** Marcelo Lopes de Souza. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 504 p.

SPINOZA, B. **Ética.** Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SPOSATI, A. de O. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Ministério de desenvolvimento social e combate à fome (MDS) e organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Brasília (DF), 2009.

SPOSATI, Aldaíza et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 9°. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 112 p.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** 3°. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 84 p.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes. 1994.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1990.
VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALSH, Catherine, y "¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales.» **Nómadas** (Col) , no. 26 (2007):102-113. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241011> Acesso em 25 de agosto de 2021.

YASBEK, Maria Carmelita. As ambigüidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, ano 25, n. 77, 2004, p. 11-29.

www.editoradebulhar.com.br
debulhar@editoradebulhar.com.br
@editoradebulhar
(86) 98147-8117

Caio se fez geógrafo de forma natural. Durante sua formação, sempre demonstrou sensibilidade, empatia e um profundo respeito para ouvir e se conectar com o outro e seus territórios. Foi no chão da realidade, com um olhar atento, que ele detalhou os impactos do sistema na exclusão social — e como a proteção social se funda justamente nessa fenda.

Neste livro, Caio mostra que a vida acontece nas subjetividades de cada espaço. Ele se revela um artista capaz de ilustrar e narrar essa trajetória em formatos distintos: mapas que traduzem vivências, movimentos e exclusões, sem mascarar a realidade e sua sórdida organização.

Esta é uma leitura indispensável para profissionais e sonhadores que acreditam na partilha, no potencial humano e na construção de uma sociedade mais justa.

Samia M Mustafa

Gerência de Gestão de Informação
Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina

ISBN 978-65-82009-85-3